

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



DISSERTAÇÃO

Uma face da industrialização pelotense na década de 1970: a gênese da
Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe, SENAI/Pelotas.

Ana Cristina dos Santos Amaro da Silveira

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Pelotas, 2008
Ana Cristina dos Santos Amaro da Silveira

Uma face da industrialização pelotense na década de 1970: a gênese da Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe, SENAI/Pelotas.



Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à conclusão do Mestrado em Educação.

Orientadora: Giana Lange do Amaral, Dr.^a

Pelotas, 2008



Banca Examinadora:

.....
Giana Lange do Amaral - FaE/UFPeI

.....
Elomar A. Callegaro Tambara - FaE/UFPeI

.....
Mauro B. Del Pino- FaE/UFPeI

.....
Osmar Miguel Schaefer - UCPeI

Dedico este trabalho aos meus filhos e a meu pai. Aos primeiros por serem minha razão de viver e lutar por meus objetivos profissionais. E a meu pai por ter me ensinado como lutar.

AGRADECIMENTOS

Fazer um Mestrado e escrever uma dissertação não é algo que se faça sozinha e apenas com leituras e análises de jornais e documentos. É um longo caminho que além das leituras e das análises, necessitamos principalmente dos apoios de pessoas ligadas a nós por laços de amor, que sem elas não seria possível fazermos nada na vida.

Em primeiro lugar agradeço a Professora Giana Lange do Amaral pela confiança em achar possível a realização deste trabalho, desde seu início ainda como aluna especial do mestrado e depois na Especialização. Agradeço ainda, sua amizade, sua orientação durante o mestrado, suas valorosas aulas e principalmente seu interesse com a minha realização profissional.

Ao professor Elomar Tambara, pelas importantes contribuições que foram feitas ao meu trabalho, tanto no grupo de pesquisa do CEIHE (Centro de Estudos e Investigações em História da Educação) como durante as aulas ministradas por este mestre.

Aos professores Mauro Del Pino e Osmar Schaefer, pelas importantes contribuições realizadas na qualificação desta pesquisa.

Aos colegas do curso de Mestrado e do CEIHE, pelo estímulo e pela contribuição para a realização deste trabalho. Agradeço especialmente as colegas Aline Cunha e Cristiane Müller, por contribuírem com seus “recursos digitais”.

Ao meu marido, Attila, incansável amigo e companheiro que apesar das diferenças sempre me deu seu apoio incondicional.

Aos meus filhos, Arthur e Caio. Ao Arthur, além do amor que me é dado, também “suas digitações”, do que eu copiava na Bibliotheca Pública Pelotense. Ao Caio, que também além do amor, suas incansáveis idas a Bibliotheca Pública

Pelotense durante o primeiro ano de mestrado, para a coleta de dados, apesar dos seus oito anos disponibilizou suas tardes à minha pesquisa.

A querida D. Sônia, incansável na sua dedicação à Bibliotheca Pública Pelotense e sendo esta a causa pelo seu auxílio e interesse na minha pesquisa e em todas as outras. Agradeço especialmente a amizade dedicada a mim e a meu filho e este agradecimento é extensivo à funcionária Rosa.

Aos meus irmãos, Paulo César, André, Leandro e a minha irmã Raquel, pelo apoio, carinho e compreensão.

A meu pai, por tudo. A minha mãe-madrasta Eli, por ser companheira de uma vida de meu pai e por isso referência dele e, portanto, minha.

“O que habita no esconderijo do Altíssimo, e descansa a sombra do onipotente, diz ao senhor: Meu refúgio e baluarte, Deus meu em que confio.”

(SALMO 91.1.2)

RESUMO

A presente pesquisa, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pelotas, na linha História da Educação, tem como objetivo principal demonstrar o cenário econômico e social de Pelotas-RS na década de 1970, através das notícias dos jornais, e mostrar como a partir deste cenário, vislumbrou-se a fundação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) em Pelotas. A investigação foi realizada por meio de uma abordagem sócio-histórica utilizando a análise documental. A pesquisa procura analisar o crescimento industrial do município e a sua contribuição para a fundação do SENAI na cidade.

O texto também elenca uma breve síntese da História da Educação Profissional Brasileira, e procura demonstrar que a História da Educação Profissional e, principalmente, a de qualificação é o “primo pobre” da História da Educação, pois aquela é a História do saber técnico, mais claramente manipulada por interesses econômicos e ideológicos. Também é apresentado um breve histórico da gênese do SENAI no Brasil e de como este órgão – administrado e mantido principalmente pelos empresários do setor secundário - serviu historicamente para a construção da classe operária da indústria. Finaliza com o crescimento social e econômico no município de Pelotas na década de 1970 através da implantação do distrito industrial e de melhorias na estruturação urbana no município.

Palavras-chave: História da Educação Profissional; Industrialização pelotense; SENAI.

ABSTRACT

The present research has been along with the Post-Graduation Program in Education of the Federal University of Pelotas, in the line of History Education. It has as main objective to demonstrate the economical and social situation of Pelotas/RS in the decade of 1970, through news of the newspapers, and the way that, starting from that reality, it was glimpsed the foundation of SENAI in Pelotas/RS. The investigation has been accomplished through a socio-historical approach, using the documental analysis. The research aims to analyze the industrial growth of the municipal district and how that contributed to the foundation of SENAI in the city. The text also presents a brief synthesis of the History of the Brazilian Professional Education, and mainly that, in qualification levels, this is the "poor cousin" of the History of the Education. Because this is the History of the technical knowledge, it is the one that is the most clearly manipulated by economical and ideological interests. In addition, a brief genesis of SENAI is presented in Brazil and how this organ-administered and maintained mainly by the entrepreneurs of the secondary section - it served historically for the construction of the working class of the industry. It concludes with the social and economical growth in the municipal district of Pelotas in the decade of 1970, through the implantation of the industrial district and improvements in the urban structuring in the municipal district.

Keywords: History of the Professional Education; Pelotense industrialization; SENAI.

Lista de Ilustrações

Figura 01	Maquina Industrial	20
Figura 02	Maquina Industrial	34
Figura 03	Solenidade de instalação do SENAI - DN, Rio de Janeiro, 1942; Discurso do Ministro da Educação Gustavo Capanema	37
Figura 04	Aprendizes SENAI, 1947, Escola Light, Rio de Janeiro; Escola Visconde de Mauá, Porto Alegre-RS	39
Figura 05	Aprendizes em um Laboratório de Eletricidade, 1947	39
Figura 06	Reunião do Conselho Nacional do SENAI, Rio de Janeiro, 1947	46
Figura 07	Reunião CNI - Confederação Nacional das Indústrias, Rio de Janeiro: Eduvaldo Loddi, Antonio Devisate e Farias Góes e Reunião do Conselho Nacional do SENAI, Rio de Janeiro, 1951	47
Figura 08	Getúlio Vargas visita a Escola Senai na Feira das Indústrias em São Paulo, 1943	51
Figura 09	Grupo de técnicos de diversos departamentos regionais que participaram de treinamento do OIT, em 1955, no CFP Visconde de Mauá	53
Figura 10	Maquina Industrial	54
Figura 11	Capa da Revista O Cruzeiro	55
Figura 12	Notícia do crescimento industrial em Pelotas/RS	61
Figura 13	Presidente Médici	62
Figura 14	Notícia do crescimento industrial em Pelotas/RS	62

Figura 15	Notícia Cohab	67
Figura 16	Notícia Cohab	67
Figura 17	Recursos BNH	68
Figura 18	Notícia Cohab	68
Figura 19	Notícia da verba para o parque viário	70
Figura 20	Planta da rodoviária	71
Figura 21	Notícia de novas indústrias	73
Figura 22	Notícia do Distrito Industrial	73
Figura 23	Notícia da fundação da Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe SENAI/Pelotas	77
Figura 24	Notícia SENAI Pelotas	90
Figura 25	Notícia SENAI Pelotas	90
Figura 26	Notícia SENAI Pelotas	90
Figura 27	Notícia SENAI Pelotas	91
Figura 28	Notícia SENAI Pelotas	91
Figura 29	Notícia Gazeta Pelotense	92
Figura 30	Notícia Gazeta Pelotense	93
Figura 31	Notícia Gazeta Pelotense	94
Figura 32	Notícia Gazeta Pelotense	95
Figura 33	Revista Cruzeiro	96

Figura 34 Revista Cruzeiro 97

Figura 35 Revista Cruzeiro 98

Figura 36 Revista Cruzeiro 99

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	10
INTRODUÇÃO	14
OS CAMINHOS TRILHADOS: OS DESAFIOS DA PESQUISA	16
1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA E O ENSINO INDUSTRIAL, ATÉ A DÉCADA DE 1970	20
1.1 A educação profissional e o ensino industrial, no Brasil colonial e imperial	21
1.2 A educação profissional e o ensino industrial na República Velha Brasileira	24
1.3 A educação profissional e o ensino industrial Brasileiro na Era Vargas	27
1.4 A educação profissional e o ensino industrial Brasileiro nas décadas de 1960 e 1970	30
2 O SENAI	34
2.1 A gênese do SENAI: a construção de uma classe operária	34
2.2 A roupagem pública do ensino privado: o SENAI.....	42
2.3 O projeto pedagógico do empresariado industrial	48
3 A INDÚSTRIA EM PELOTAS NA DÉCADA DE 1970 E A GÊNESE DA AGÊNCIA DE TREINAMENTO ERALDO GIACOBBE - SENAI/PELOTAS-RS	54
3.1 O desenvolvimento econômico de Pelotas na década de 1970 ..	54
3.2 Aspectos do contexto urbano em Pelotas na década de 1970: a geração de empregos, construção de casas populares, crescimento do parque viário e o projeto da rodoviária municipal	63
3.3 O crescimento industrial do município	71
3.4. A consequência do crescimento industrial: a gênese da Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe	75
CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS	89

Introdução

A pesquisa apresentada caracteriza-se como qualitativa, tendo uma abordagem sócio-histórica e, como procedimento técnico, a pesquisa documental, cujas principais fontes consultadas foram livros e jornais diários locais do município de Pelotas/RS. Teve como propósito analisar a gênese da Instituição SENAI nesta cidade, além de dar uma visibilidade à industrialização pelotense na década de 1970. A escolha deste período foi determinada pelo crescimento do setor secundário do município que acarretou a fundação da Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe, no ano de 1976.

É relevante ressaltar a importância da Bibliotheca Pública Pelotense para a realização desta investigação uma vez que o material pesquisado lá se encontrava.

Para a construção da pesquisa, no que tange à história local, foram consultados os jornais diários do município, que forneceram subsídios sobre o contexto histórico-social da década investigada.

Os jornais pesquisados foram o Diário Popular, a Gazeta Pelotense¹ e outros documentos tais como: certificados de conclusão e grade curricular dos cursos existentes na década de 1970 no SENAI, revistas da instituição e revistas de circulação nacional, sendo uma delas edição especial, abordando sobre o crescimento industrial do município. Foram fotografados diversos anúncios que retratavam este. As fotos utilizadas servem apenas para ilustrar os temas da pesquisa, não são fontes de análise.

Os estudos que abordaram aspectos da história da educação profissional brasileira e do mundo da educação e trabalho foram investigados nas obras de Cunha (1977, 2000), Del Pino (1997), Manfredi (2002), Buffa (1996 e 1998), Nosella (1996 e

¹ Este, com pouca circulação de 25 de setembro de 1976 até 23 de novembro de 1976.

1998), Romanelli (1989), Fonseca (1986), Frigotto (1983, 2002, 2005), Rodrigues (2002), Rosa Ribeiro (2005) e Weinstein (2000).

As reflexões acerca das tendências teórico-metodológicas em História da Educação foram respaldadas nos escritos de Lopes e Galvão (2001), Tambara (2000) e Saviani (2000). Quanto ao objeto de estudo da investigação - a instituição escolar - sua análise foi possível a partir das leituras de Nóvoa (1995), Werle (2004) e Buffa (2002).

Este trabalho, cujo objetivo é investigar e analisar a gênese do SENAI em Pelotas e o desenvolvimento industrial na década de 1970, foi dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo foi feito um pequeno histórico acerca da Educação Profissional no Brasil até a década de 1970, procurando demonstrar que a História da Educação Profissional e, principalmente, a de nível de qualificação é o “primo pobre” da História da Educação, tendo em vista que esta é a História do saber técnico, a mais claramente manipulada por interesses econômicos e ideológicos.

No segundo capítulo é apresentado um breve histórico da gênese do SENAI no Brasil e de como este órgão – administrado e mantido principalmente pelos empresários do setor secundário - serviu historicamente para a construção da classe operária da indústria.

No terceiro capítulo é apresentada a indústria de Pelotas na década de 1970, bem como um breve relato do contexto da cidade neste período. Apresenta-se nesta última parte o surpreendente crescimento industrial perpassando este com a gênese do SENAI em Pelotas.

Esta pesquisa, portanto, procura apresentar o cenário econômico e social de Pelotas na década de 1970, através das notícias dos jornais, mostrar que como, a partir deste cenário, vislumbrou-se a fundação do SENAI e ainda como esta Instituição

de qualificação profissional contribuiu para a História da Educação Profissional em Pelotas.

Os caminhos trilhados: os desafios da pesquisa

Pesquisar algo que nos inquieta não é só encontrar respostas ou aumentar questionamentos ao analisar os dados encontrados nas fontes, mas, algo realmente instigante e enriquecedor, pois pesquisar é construir, é formar um longo caminho o do esclarecimento acerca daquilo que nos inquieta e que foi a razão da busca. E o que me trazia inquietação era a educação dada àqueles sujeitos que precisam começar a trabalhar logo.

Assim, a escolha pelo tema Educação Profissional nasceu a partir da minha formação acadêmica. Sou graduada em Direito e realizei curso de formação pedagógica que me habilita ao exercício da docência para educação profissional. Em 2005 concluí a Especialização em Educação na FaE/UFPel, cujo trabalho final resultou em um artigo sobre o SENAI em Pelotas. Esse foi o primeiro passo para as inquietações.

Quando ainda realizava o Curso de Especialização, ao buscar fontes no SENAI/Pelotas para minha pesquisa, fui convidada para lá atuar como professora. Tal fato colaborou para o aumento das inquietações.

O contato com a Instituição fez aumentar meu interesse em saber como os alunos que lá estudaram, nas primeiras turmas, nos anos finais da década de 1970, ingressaram no mercado de trabalho, e também descobrir o motivo de eles retornarem à instituição para uma nova formação com o intuito de novamente entrar no mercado de trabalho.

Tendo em vista que os estranhamentos e inquietações que surgiram foram muitos, principalmente como docente de educação profissional, foram suscitados

alguns questionamentos sobre a educação profissional no Brasil, sobre o SENAI e, mais especificamente, sobre a instituição SENAI em Pelotas.

Estes questionamentos despertaram em mim a necessidade de saber como era o contexto econômico de Pelotas, pois a Educação Profissional, dada pelo SENAI, ideologicamente caminha ao lado deste.

Conforme já apontado, esta pesquisa foi realizada tendo por base jornais pelotenses que circularam na década de 1970 e se propôs a investigar as informações contidas nas notícias relacionadas ao crescimento industrial do município e seu contexto social. Observando o que continha neles, busquei conhecer o meio social e econômico pelotense e relacionar com a educação profissional dada pelo SENAI no município.

Através da análise das notícias, resolvi investigar como elas retratavam esse período e pesquisar as seguintes questões:

- Em Pelotas, qual o motivo da fundação do SENAI?
- Qual o contexto econômico-social do município no período da sua criação?

Ao longo da coleta de dados, executada na Bibliotheca Pública Pelotense foram investigados dez anos do jornal Diário Popular, que possuía e ainda possui tiragem diária, perfazendo aproximadamente 3.170 unidades deste jornal. Também foram investigados os exemplares que a Gazeta Pelotense editou no período, um total de aproximadamente 50 exemplares.

Cada pesquisa de mestrado é única, pois é um trabalho pessoal do mestrando com suas fontes e com seu objeto de pesquisa. Assim toda a pesquisa apresenta, descobertas, alegrias e também para o enriquecimento do investigador, dificuldades, tristezas e muitos enfrentamentos de ordem pessoal e intelectual.

Desta forma elaborada esta dissertação de mestrado. Propõe-se que seja ela elucidativa a todos aqueles pesquisadores da História da Educação Profissional e especificamente de Instituições de Ensino de Educação Profissional, também para aqueles que queiram fazer um estudo sobre o desenvolvimento industrial do município de Pelotas.

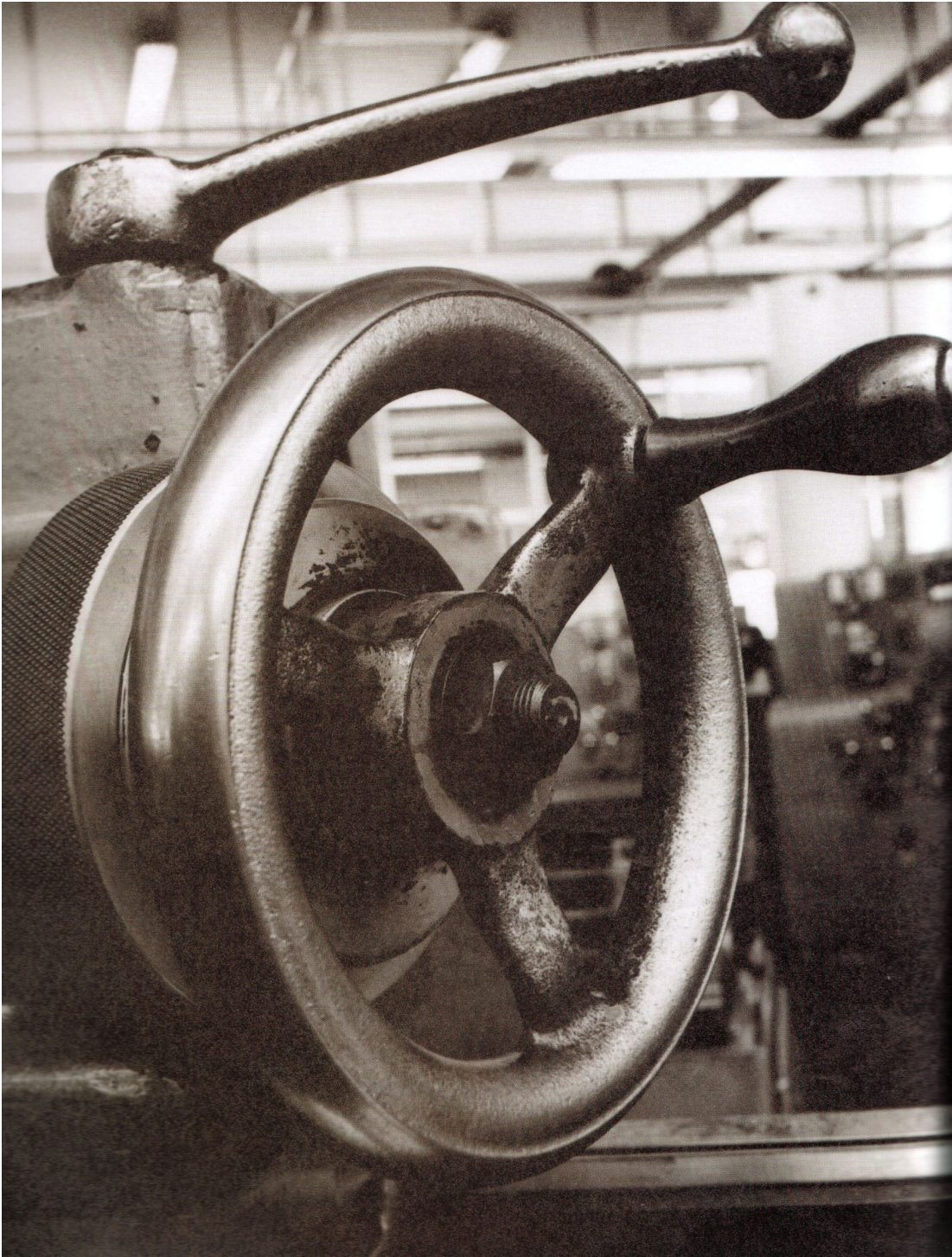


Ilustração 1 - Máquina Industrial . Fonte: Histórias e Percursos Fonte: Histórias e Percursos - O departamento Nacional do SENAI 1942/2002 Brasília: SENAI, 2002, p. 24

1. A Educação Profissional Brasileira e o ensino industrial, até a década de 1970: uma breve síntese de sua história

Para que se possa refletir sobre a história da educação profissional brasileira, e especificamente o ensino industrial, é necessário que se tenha em mente que ela representa a história da educação das camadas menos privilegiadas da sociedade. É a história da educação para o trabalho e do saber técnico, sendo que ela foi, por muito tempo, de pouco interesse para quem fazia pesquisa. Cunha (2000, p. 89) afirma ser este o motivo para que existam tantas lacunas na história da educação profissional, uma vez que,

a educação profissional é um tema que tem sido quase ignorado nos estudos sobre a gênese e as transformações da educação brasileira. Quando comparado com outros temas, como o ensino superior ou o ensino secundário, a educação profissional aparece em nossa bibliografia definida mais pela omissão do que pelo conhecimento produzido a seu respeito. Esse “espaço vazio” se explica, pelo menos em parte, pelo fato de que os historiadores da educação brasileira se preocupam, principalmente, com o ensino que se destina às elites políticas, ao trabalho intelectual e ao ensino geral prometido a todos, deixando o trabalho manual e o técnico em segundo plano - atitude consistente, aliás, com sua própria formação.

Segundo o autor, quando aparece a preocupação com educação profissional, ela relaciona-se à “educação popular” e são focalizados programas e atividades extra-escolares, notadamente os de iniciativa de organizações não propriamente educativas.

Assim, entende-se que, no Brasil, a educação profissional básica em nível de qualificação, acaba sendo fornecida muito em função da carência de educação geral, destinando-se aos menos escolarizados. Portanto, configura-se em uma formação voltada aos que buscam somente um saber técnico, descontextualizada da compreensão das relações que perpassam o mundo do trabalho. Dessa forma a educação profissional que deveria ser *um início de libertação*, profissionalização e emancipação, deixa muito a desejar.

1.1 A educação profissional e o ensino industrial, no Brasil colonial e imperial

Percorrendo a linha do tempo, pode-se afirmar que, no Brasil colônia, quem iniciou a educação profissional foram os jesuítas, ao ensinarem profissões manuais aos índios. De acordo com Manfredi (2002, p. 68),

os colégios e as residências dos jesuítas sediados em alguns dos principais centros urbanos foram os primeiros núcleos de formação profissional, ou seja, as *escolas-oficina* de formação de artesãos e demais ofícios, durante o período colonial.

Também em relação à educação profissional nas reduções jesuíticas, Cunha (2000, p. 34) esclarece que,

foi intensa a atividade dos jesuítas no ensino de ofícios nas reduções guaranis [...] a produção era organizada de forma autárquica, desenvolvendo-se a tecelagem, a construção de edifícios, embarcações, ferramentas, instrumentos musicais, sinos, relógios, armas de fogo, pólvora, cerâmica, corantes e remédios. O ensino dos diversos ofícios era generalizado, encaminhando-se as crianças para as oficinas conforme as inclinações manifestas.

Assim, a história da educação profissional brasileira teve seu início com os padres da Companhia de Jesus que chegaram com os colonizadores portugueses ao Brasil. Conforme afirma Fonseca (1986, p. 19),

a construção de capelas, obrigavam os padres da Companhia de Jesus a ensinar certos ofícios aos índios. “Edificam com eles (os índios) as suas igrejas, cujas paredes são de barro, as colunas de pau tosco e as abóbadas de folhas de palma, sendo nós os mestres e os obreiros daquela arquitetura com o cordel, com o prumo, com a enxada e com a serra e outros instrumentos (que também nós lhe damos) na mão...” diz Padre Antonio Vieira no Sermão da Epifania.

Portanto, compreende-se que o ensino necessário às várias profissões manuais foi realizado de acordo com as necessidades sentidas pelos padres da

Companhia de Jesus com a finalidade de estruturar as residências e as igrejas dos jesuítas.

Com as mudanças de ordem política que se processaram no Brasil a partir da formação do Império, em 1822, foi necessária a formação de mão-de-obra para atender ao progresso material que se acentuou rapidamente. Assim, havia grandes empreendimentos manufatureiros, como por exemplo, os arsenais da marinha, onde o Estado envolvia o trabalho e a aprendizagem compulsória, ensinando ofícios aos menores dos setores mais pobres e excluídos da sociedade, consolidando à esta forma de ensino um papel fortemente discriminatório.

Neste contexto de início do império, a Assembléia Constituinte de 1823, buscava um novo modelo educacional para o Brasil, embasada pelos ideais dos Liberais inspirados na Revolução Francesa. Mas, especificamente para o ensino de ofícios permaneceu, na gênese do Império, o conservadorismo que havia sido construído ao longo dos trezentos anos do Brasil Colônia, de acordo com Santos (2000, p. 208), “destinar tal ramo de ensino aos humildes, pobres e desvalidos, continuando, portanto, o processo discriminatório em relação às ocupações antes atribuídas somente aos escravos”.

Neste período, com poucas iniciativas do Estado que procuravam edificar um ensino que fosse destinado aos desfavorecidos, mas com o principal objetivo de atender à demanda da produção, ou seja, os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais. Assim, era ministrada educação profissional em entidades filantrópicas, nos Liceus de Artes e Ofícios e nas academias militares.

Com um caráter assistencialista e de contenção social, quando foram criados os Liceus de Artes e Ofícios, partiram da iniciativa da sociedade civil sendo mantidos por “benfeitores”. De acordo com Manfredi (2002, p. 78),

entre 1858 e 1886, foram criados Liceus de Artes e Ofícios nos seguintes centros urbanos: Rio de Janeiro, o primeiro (1858), Salvador (1872), Recife(1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886). De

modo geral, o acesso aos cursos era livre, exceto para os escravos. [...] Durante o Império, tanto as práticas educativas promovidas pelo Estado como as de iniciativa privada pareciam refletir duas concepções distintas mas complementares: uma de natureza assistencialista e compensatória, destinada aos pobres e desafortunados, de modo que pudessem, mediante o trabalho, tornar digna a pobreza; a outra dizia respeito à educação como um veículo de formação para o trabalho artesanal, considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza.

Sendo assim, a educação profissional durante o Império partia igualmente de iniciativas do Estado e da sociedade civil.

1.2 A educação profissional e o ensino industrial na República Velha Brasileira

O fim do império e as primeiras décadas da República Velha foi um período marcado por mudanças sociais e econômicas. A abolição da escravatura, a entrada dos imigrantes que substituíram os escravos nas lavouras de café, a expansão do mercado do café estão no eixo dessas mudanças. Com o aumento da lucratividade do café, os cafeicultores investiram em outros segmentos econômicos como a indústria, as usinas, os bancos, etc. Isso fez surgir uma elite que investiu no desenvolvimento de atividades urbanas. A população rural passou a procurar os grandes centros, onde estavam as indústrias, constituindo assim, o operariado urbano.

O operariado passou a representar o povo efetivamente organizado como classe. Neste contexto, a educação profissional ganhou uma nova configuração. Ela necessitou atender aos interesses da elite industrial urbana, preparando mão-de-obra para suprir a carência das indústrias. Àqueles a quem deveria atender não eram mais apenas os desafortunados e desamparados, mas, também os que pertenciam aos setores populares urbanos, os quais deveriam se transformar em trabalhadores assalariados.

Com o desenvolvimento das indústrias e com a organização do operariado, que era composto principalmente por trabalhadores estrangeiros, alguns ligados ao movimento anarquista houve uma série de movimentos grevistas de manifestação social e política. Sendo assim, na virada do século XX, a educação profissional passou a ser vista, pela classe empresarial industrial, como uma forma de contenção do movimento operário, também como um meio de vencer as dificuldades econômicas da população urbana e ainda atender os desfavorecidos de fortunas. Os industrialistas passaram a idealizar uma educação voltada aos seus objetivos e principalmente ao seu principal interesse: formar um operário qualificado segundo seus interesses e suas necessidades e sem as idéias anarquistas dos estrangeiros.

Em 1909, no dia 23 de setembro, o então presidente Nilo Peçanha emitiu o decreto n.º7.566, que estabelecia uma Escola de Aprendizizes Artífices em cada unidade da federação, menos no Distrito Federal e no Rio grande do Sul. Isso ia ao encontro da política educacional que tanto ansiavam a classe industrial, uma vez que estas escolas formariam operários e contramestres e ao mesmo tempo serviriam como barreiras para a expansão da importação de mão-de-obra. Conforme Cunha (2000, p. 94) a justificativa ao decreto de criação das escolas de aprendizes artífices anunciava esses objetivos ideológicos:

O aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer dificuldades sempre crescentes da lutas pela existência; [...] para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da *ociosidade, escola do vício e do crime*. (*grifo do autor*)

Os adeptos do industrialismo lhe atribuíam valores progressistas. Pois consistiam na indústria valores de progresso, emancipação política, democracia, civilização e principalmente a função de elevar o Brasil ao nível das nações civilizadas.

As escolas de aprendizes e artífices estavam submetidas a uma legislação específica e assim formavam um sistema escolar que as distinguia das demais instituições de ensino profissional mantidas por particulares. Conforme Cunha (2000, p. 94), “as escolas de aprendizes artífices tinham prédios, currículos e metodologia didática próprios; alunos, condições de ingresso e destinação esperada dos egressos que as distinguiam das demais instituições de ensino elementar.” O autor ainda afirma que nos 33 anos da existência dessas escolas, passaram por elas 141 mil alunos, uma média de cerca de 4.300 por ano. Os ofícios que eram ensinados em todas elas eram os de marcenaria, alfaiataria e sapataria, mais artesanais do que propriamente manufactureiros. Poucas eram as escolas de aprendizes artífices que tinham instalações para o ensino de ofícios propriamente industriais. Em São Paulo, devido ao crescimento industrial, levaram a um maior esforço de adaptação das oficinas às exigências da produção fabril.

Durante o período de existência da maioria dessas escolas, o que se verificou foi uma lacuna entre o desejo dos industrialistas e a profissionalização dos alunos.

Na década de 1910 e parte da de 1920, perpassa pelas relações industriais entre industriais, tecnocratas e operários, uma total ausência do estado, denotando características liberais ao período, tanto assim, que as primeiras experiências educacionais referentes à racionalização do trabalho² foram feitas em instituições privadas.

Durante o período que vai de meados da década de 1920 a meados da década de 1930, o que norteia os líderes da indústria paulista é a intervenção do estado nas relações entre capital e trabalho, com a finalidade de harmonizá-las, conforme Weinstein (2000, p. 71), “chegando a considerar o estado como um mecanismo potencialmente útil para disciplinar os membros de sua própria classe”.

² O termo Racionalização, segundo Weinstein (2000), deve ser entendido como abrangendo uma grande variedade de estratégias para a reorganização do trabalho, e mesmo da vida cotidiana, de acordo com princípios que seus defensores consideram científicos. O que havia de comum a todas essas estratégias era a recusa aos métodos empíricos baseados na prática e na tradição, em favor de métodos desenvolvidos por especialistas, a partir de “princípios científicos”. Entre as estratégias mais famosas de Racionalização está o Taylorismo e o Fordismo.

1.3 A educação profissional e o ensino industrial brasileiro na Era Vargas

Pode-se afirmar que nas décadas de 1930 e 1940, consolidam-se mudanças em nosso país tanto no processo de industrialização como na Educação Profissional.

Foi na Era Vargas que a partir de investimentos públicos constata-se uma política desenvolvimentista para o setor secundário da economia, neste período o Estado substituiu o modelo agroexportador pelo modelo de industrialização e nessa substituição teve o papel central, pois foi seu agente. Essa troca de modelo econômico foi realizada mediante pesados investimentos públicos na criação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do parque industrial brasileiro. Isso de acordo com Mandredi (2002, p. 95) possibilitou a “criação de grandes companhias estatais e também na constituição de aparelhos burocráticos de administração pública em todos os setores de atividades”.

Com esse modelo, além das mudanças estruturais no Brasil - expansão industrial; população tornando-se urbana -, foi necessário adotar-se novas estratégias para a preparação de mão-de-obra para a indústria em ascensão.

Assim, por consequência, o ensino profissional e especificamente o industrial, necessitou ser efetivamente implementado. Conforme Teixeira (2002, p. 296),

não há dúvidas de que foi a partir da década de 1930 que o ensino profissionalizante começou a ser efetivamente implementado. Isso em função das mudanças estruturais geradas devido ao processo de industrialização, o que tornou evidente a necessidade da formação de operários (as) especializados (as).

Em 1934, Gustavo Capanema assume o Ministério da Educação e Saúde Pública, este advogado mineiro manteve-se no ministério até 1945. A sua atuação no ministério foi determinante na organização e consolidação dentro do sistema

educacional brasileiro, da Educação Profissional e, genericamente do ensino industrial.

Gustavo Capanema tinha um amplo projeto para a Educação Profissional, ele ambicionava que esta se diferenciasse das outras formas de educação secundária apenas pelas diferentes vocações dos educandos. Além disso, Capanema possuía a ambição de que o Ensino Industrial ficasse todo sob a tutela do Ministério da Educação e Saúde Pública. Mas, por existirem interesses econômicos e políticos, já mencionados, o Ministério do Trabalho e a Federação das Indústrias criaram um sistema de ensino industrial. Este sistema denominou-se, SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial -, que foi criado em convênio com as indústrias e através de seu órgão máximo de representação – A Confederação Nacional das Indústrias (CNI), a partir do Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, para organizar e administrar escolas de aprendizagem industrial em todo país. Era um sistema adequado ao projeto desenvolvimentista do período, formador de trabalhadores qualificados em um tempo menor de formação. Ficando este a cargo do Ministério do Trabalho e o Ensino Profissional Industrial, que se dividia em dois ciclos (fundamental e técnico) sob a custódia do Ministério da Educação. No capítulo dois será tratado minuciosamente a criação e objetivos desta Instituição.

Com Capanema a frente do ministério foi reformulado o sistema educacional brasileiro, com a *Reforma Capanema*³, dentro de uma institucionalidade marcada pela dicotomia entre a educação geral e a profissional, consolidando esta nova concepção voltada para a formação das necessidades do mercado.

A Reforma Capanema, relativa ao ensino secundário, com seus dispositivos legais, apontava para uma direção que visava à promoção do desenvolvimento

³Conjunto de decretos-lei que tiveram como objetivo principal a organização da educação brasileira. Em 1942, Decreto-lei n 4073, de 30 de janeiro-lei orgânica do Ensino Industrial; Decreto-lei n 6141, 28 de dezembro de 1943 – lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto-lei n 4244, 9 de abril de 1942 – lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto-lei n 9.613, 20 de agosto de 1946 lei Orgânica Agrícola;

econômico sem modificação da ordem econômica existente, de acordo com Schwartzman, Bomeny, Costa (2000, p. 267) “na prática a educação profissional continuou sendo uma educação para as classes baixas”.

Assim, sustentando no poder a mesma elite condutora e devendo manter a institucionalidade educacional do dualismo, nesse contexto, a lei orgânica do ensino industrial, trazida pela Reforma Capanema, oficializava esta dicotomia educacional.

Mesmo com as reformas, o ensino secundário regular não atendia à necessidade de mercado, que exigia mão-de-obra profissional em larga escala devido à nova fase de expansão industrial. Assim era necessário uma formação rápida e que qualificasse, mesmo que minimamente, a mão-de-obra disponível.

Com essa intenção foi criado o SENAI, e seus cursos iam ao encontro dessa formação mínima e rápida, pois tinham uma carga horária menor, por serem cursos de qualificação. Portanto, uma formação profissional desvinculada de uma educação geral, servindo para um imediato enquadramento no mercado de trabalho. Romanelli (1989, p.169), esclarece sobre a manutenção do sistema paralelo de ensino ao afirmar que:

ao mesmo tempo em que era fruto de uma contingência, decorria da necessidade de a sociedade controlar a expansão do ensino das elites, limitando o acesso a este às camadas médias e altas e criando o “derivativo” para conter a ascensão das camadas populares, que fatalmente procurariam as escolas do “sistema”, se estas lhes fossem acessíveis.

1.4 A educação profissional e o ensino industrial Brasileiro nas décadas de 1960 e 1970

Na década de 1960, o governo militar se instala no Brasil com medidas que trouxeram a “ordem” nas relações de trabalho através da repressão às greves e da proibição da negociação coletiva. Assim, os governantes consentiram a liberdade almejada pelos empresários, impondo uma maior subordinação aos seus empregados. Essas mudanças nas relações de trabalho e, principalmente, a política de arrocho salarial - onde a estagnação dos salários dos operários facilitou o combate aos surtos inflacionários - foram medidas que aumentaram os lucros do empresariado.

Diante do quadro social, político e econômico pelo qual passava o Brasil sob a ditadura militar, fazia-se necessário uma reestruturação no ensino em todos os níveis devido às metas de desenvolvimento que passaram a serem aplicadas.

Segundo, Teixeira (2002, p. 302),

nesta fase o ensino profissional, assumiu outro nível de importância, no sentido do ensino oferecer uma contribuição para o aperfeiçoamento técnico profissional do trabalhador em face da perspectiva de modernização do país. Com a nova versão do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), em 1967, a qualificação profissional passou a ser meta prioritária e, para tanto, o sistema educacional teve de adequar-se às necessidades do país. Especialmente a formação profissional de nível médio e o aumento apreciável de mão-de-obra qualificada eram, sem dúvida, uma prioridade. Uma das diretrizes básicas do PED era a expansão de programas especiais de preparação de pessoal técnico para as atividades agrícolas, comerciais e industriais, visando a atender às imediatas necessidades do desenvolvimento econômico.

Os dirigentes do país no período da ditadura militar entendiam que o ensino brasileiro era excessivamente acadêmico e não preparava para as funções produtivas exigidas naquele momento, ou seja, o que os governantes queriam era mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho técnico profissional de nível médio.

O que, na verdade, o contexto exigia do sistema educacional era a diminuição da demanda pelo ensino superior, e que esta procura fosse substituída pela formação profissional já no ensino secundário, visto que a função do sistema educacional deveria ser preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Baseado nessas diretrizes, e com o objetivo de propor a universalização do ensino profissional em nível de segundo grau, em 1971 implantou-se a nova LDB, a Lei n.º 5.692. Conforme, Teixeira (2002, p. 303)

em termos estruturais a lei 5.692/71 pretendeu acabar com a dualidade no ensino de 2º grau brasileiro, terminando com as antigas divisões entre o propedêutico e o profissionalizante, transformando-os em um sistema único, onde todos os alunos passariam compulsoriamente por uma profissionalização conferida nas escolas de 2º grau, independente de classe social).

A nova LDB não teve alteração no Congresso Nacional, portanto, foi publicada como os governantes queriam, favorecendo a estrutura econômica vigente. Esta lei ao promover a compulsoriedade do ensino de 2º grau tinha como objetivo acabar com o dualismo educacional, e, também, formar mão-de-obra de baixo custo e de rápida absorção no mercado de trabalho. Entretanto, mantinha a desvinculação da “educação geral” com a “educação profissional”, pois seriam “ressaltados” neste grau de ensino conteúdos técnicos.

Concorda-se com Brandão (2002, p.131) quando afirma que,

o fato de a dualidade estrutural não ter sido resolvida no interior do sistema de ensino, apesar da tentativa feita pela lei n 5692/71, não deve causar espanto, na medida em que ela apenas expressa a divisão que está posta na sociedade brasileira, que separa trabalhadores intelectuais e trabalhadores manuais e exige que se lhes dêem distintas formas e quantidades de educação.

O sistema educacional brasileiro com estas características só evidencia e ratifica a organização da sociedade brasileira no passado e no presente, visto que sempre contemplou o dualismo educacional, sendo o alicerce deste, a diferença econômica que separa condutores e conduzidos. Institucionalizou-se uma formação

humanística dada aos condutores e outra formação técnica para aqueles que deveriam compor a força de trabalho, os *conduzidos*. Há os que estudam para administrar e pensar e há aqueles que estudam (ou não) para executar.

É importante ressaltar que quatro anos após a promulgação da lei 5.692/71, o próprio MEC reconhece a limitação desta obrigatoriedade e a inviabilidade da proposta de articulação entre educação e trabalho. Entre as causas desta limitação estariam as precárias condições de funcionamento das escolas de segundo grau da rede pública de ensino, uma vez que as mesmas eram obrigadas a cumprirem a lei sem serem contempladas com os recursos necessários (humanos e materiais) para a efetiva implementação do ensino profissionalizante.

Diante do fracasso da política educacional do ensino secundário do período, o MEC fornece nova orientação por meio do parecer número 76/75 do Conselho Federal de Educação. Este parecer reforça o caráter complementar entre a educação geral e a profissional, entendendo que a cultura geral é a base para a formação profissionalizante, e ainda passando a existir dois tipos de habilitações: a plena voltada para a formação de técnicos e a parcial, voltada para a formação de auxiliares técnicos.

Diante desta situação de extrema indefinição do ensino profissionalizante das escolas de segundo grau, as quais perderam o caráter social de preparação para o mercado de trabalho em 1982, a Lei 7.044 objetiva substituir a qualificação profissional plena e a parcial prevista pela Lei 5.692/71 e pelo parecer 76/75, por uma ampla e geral preparação para o trabalho.

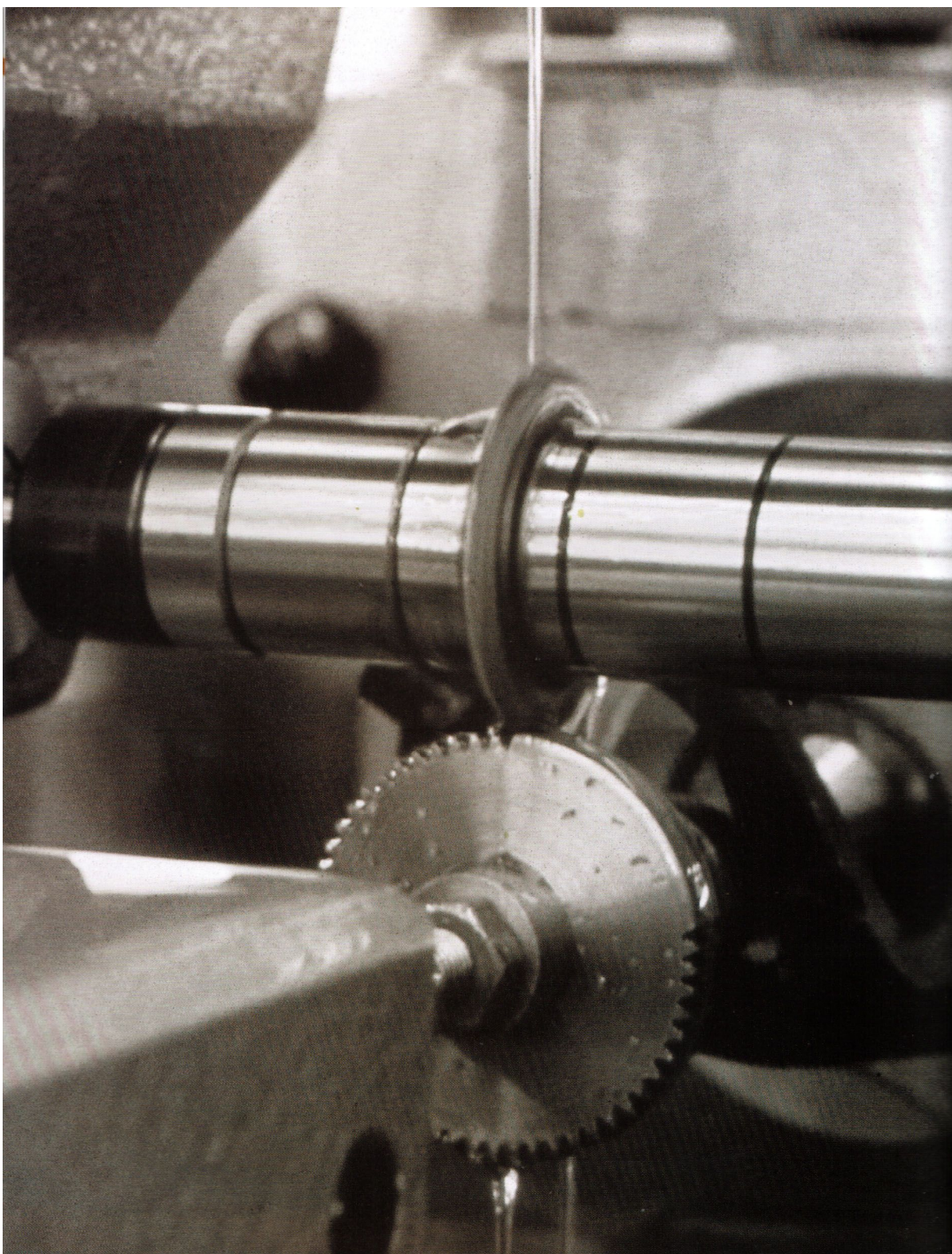


Ilustração 2 - Máquina Industrial Fonte: Histórias e Percursos - O departamento Nacional do SENAI 1942/2002 Brasília: SENAI, 2002, p. 40

2. O SENAI

2.1 A gênese do SENAI: a construção de uma classe operária

No início da era Vargas, ocorreram mudanças em nosso país, deixando a economia de ser essencialmente agrícola e crescendo o processo de industrialização. Essa substituição ocorreu com fortes investimentos estatais, onde o governo de Vargas era o principal agente do desenvolvimento econômico.

Essa expansão exigia mão-de-obra. E o governo Vargas legitimou os interesses do capital industrial, por que o sistema educacional não possuía a infraestrutura que atendesse a essa necessidade. O governo procurou solucionar esse impasse criando um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial.

No início da década de 1940, como havia a necessidade de um grande número de operariado urbano, Vargas e os executores de suas idéias elaboraram um plano para atrair trabalhadores aos grandes centros. Isso se baseava em uma forte organização sindical corporativista, onde o estado outorgava os direitos aos trabalhadores, através de medidas legais, mas, por outro lado estabelecia dispositivos para controlar a atuação política dos mesmos.

Esta questão político ideológica de concessão de direitos fez com que houvesse uma expectativa de reciprocidade dos trabalhadores por que a estes foram concedidos direitos trabalhistas a muito almejado.

O período Vargas, no Estado Novo (1937-1945), é marcado por uma forte intervenção social, educacional e político ideológico. Isto por tratar-se de uma ditadura, onde as relações entre estado e sociedade foram marcadas por pressões, acordos e tolerâncias.

Em todo o período do Estado Novo Gustavo Capanema foi ministro da Educação e Saúde de Getúlio Vargas, esteve à frente desse Ministério de 1934 a 1945. O então ministro, como já mencionado, tinha um amplo projeto para a

Educação Profissional, ele ambicionava que esta se diferenciasse das outras formas de educação secundária apenas pelas diferentes vocações dos educandos. Para o ensino industrial existiam projetos e objetivos diferentes. Um do Ministério da Educação, com objetivos mais amplos inclusive o titular dessa pasta havia realizado estudos para elaboração de um plano nacional do ensino industrial. E o outro, já mencionado, do Ministério do Trabalho, com objetivos mais pragmáticos e limitados, tratava de implantar um sistema de aprendizagem industrial mais diretamente ligado à indústria e suas necessidades.

O presidente Getúlio Vargas, foi favorável ao projeto do ministério do trabalho que atendia de forma mais rápida os interesses da classe empresarial industrial. Mas não sem os protestos do Ministro da Educação, o qual, argumentava que o Estado deveria participar necessariamente do ônus do ensino profissional e, por implicação, de seu controle e supervisão e não a indústria. Conforme Schwartzman, Bomeny, Costa (2000, p. 2)

na realidade, o que o Ministério da Educação defende não é a livre circulação de mão-de-obra, mas que seu controle fique nas mãos de um Estado ordenador e orientado para fins supostamente mais nobres, e não a mercê dos interesses mais imediatistas dos industriais.

Em 1942 são publicados dois decretos quase simultâneos, um que criava o SENAI, conforme as aspirações da indústria e do Ministério do Trabalho; e outro que definia a Lei Orgânica do Ensino Industrial, oriunda das idéias e propósitos do Ministério da Educação.

Na solenidade de assinatura da criação do SENAI, na presença do presidente da República e do presidente da Confederação Nacional da Indústria, permitiu ao Ministro da Educação apresentar mais uma vez os seus planos para o ensino industrial. O aspecto principal deste ponto de vista era pensar o ensino industrial não somente em função dos interesses da indústria, mas principalmente, dos próprios trabalhadores: “É necessário que a educação industrial não se

preocupe apenas em preparar o lado técnico do trabalhador, mas, também, o seu lado humano, isto é, o seu lado espiritual, o seu lado moral, o seu lado cívico e patriótico, o quer dizer que o principal critério da formação do trabalhador nacional tem que ser precisamente este - o de atingir, a um tempo, a sua preparação técnica e a sua formação humana.”⁴



Ilustração 3 - Solenidade de Instalação do SENAI - DN, RJ, 1942 e discurso de Gustavo Capanema Fonte: Histórias e Percursos - O departamento Nacional do SENAI 1942/2002 Brasília: SENAI, 2002, p. 26

Em virtude da organização corporativista de representação sindical, legitimar os interesses das classes dominantes, e principalmente, dos setores vinculados à indústria, foi consolidada a hegemonia das organizações geridas pelos sindicatos patronais. Nascendo assim, na década de 1940 o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

⁴ Gustavo Capanema, conferência proferida perante a Confederação Nacional da Indústria na Solenidade de abertura do SENAI. GC/Capanema, G. 42.08.00, série pi.20.

Mais tarde com a organização dos outros sindicatos patronais, nasceu o “Sistema S”. O sistema S, no que tange a formação profissional, é formado pelo SENAI, SENAC, SENAR⁵, SENAT⁶ e o SENACOOOP⁷. São entidades dirigidas e mantidas pelo empresariado brasileiro, através de contribuições compulsórias, vinculadas respectivamente à indústria, ao comércio, à agricultura e ao transporte.

O SENAI foi criado através de um decreto, e como tal, nasceu de imposição governamental o que era comum no período em que surgiu no Estado Novo de Vargas.

Sendo assim, o SENAI foi criado para fornecer mão-de-obra rápida e barata para fazer frente às necessidades do empresariado industrial. Isso ocorreu em face da expansão da indústria nacional, no contexto das políticas socioeconômicas de desenvolvimento da era Vargas.

Essa instituição, desde a sua criação, representa a maior rede de educação profissional formadora de operários, com cursos de aprendizagem (para menores a partir de 14 anos e com duração de até dois anos) e cursos de treinamento (para operários e de curta duração).



Ilustração 4 - Aprendizes SENAI Escola Light, RJ, 1947 e Escola Visconde de Mauá, Porto Alegre, RS Fonte: Histórias e Percursos - O departamento Nacional do SENAI 1942/2002 Brasília: SENAI, 2002, p. 36

⁵ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

⁶ Serviço Nacional de Aprendizagem

⁷ Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.



Ilustração 5 - Aprendizes em um laboratório de Eletricidade, 1947 Fonte: Histórias e Percursos
Fonte: Histórias e Percursos - O departamento Nacional do SENAI 1942/2002 Brasília: SENAI, 2002, p. 32

Desde sua criação, o SENAI foi adequando-se às transformações econômicas e políticas que ocorreram no Brasil, talvez essa adequação tenha feito com que o SENAI esteja a mais de seis décadas fazendo história. Mesmo que essa história tenha um caráter ideológico do capital industrial, conforme MANFREDI (2002, pg. 181 e 182),

...assim como nos dias atuais, os discursos que estão por trás das discussões e das disputas pela racionalização técnica e pela modernização da economia da sociedade brasileira representam tentativas de criação de mecanismos institucionais que garantam aos empresários novas possibilidades de intervenção nas relações sociais, no âmbito das empresas e na sociedade civil. No primeiro caso, trata-se de manter seu poder e sua supremacia no interior das fábricas, mediante a promoção de novas formas de organização do trabalho e de socialização do trabalhador, e, no segundo, de poder disputar a hegemonia com outros grupos, nos planos político e ideológico.

A organização do SENAI é federativa, possui órgão normativo, composto por órgão consultivo e de supervisão e também órgão executivo e órgão administrativo. O conselho nacional é representado pela CNI⁸ e a nível regional pela FIERGS⁹.

O departamento nacional é responsável pela coordenação de políticas e diretrizes estabelecidas pelo conselho nacional do SENAI, sendo inclusive, seu diretor nomeado pelo presidente do conselho nacional.

O departamento regional, subordinado à FIERGS, é um organismo de administração e de execução e é responsável pelo funcionamento de cada centro de formação em todo o estado do Rio Grande do Sul, inclusive pelo Eraldo Giacobbe , em Pelotas.

O SENAI possui uma particularidade que o difere das demais estruturas do Sistema S, este órgão não dá autonomia de administração as suas unidades operacionais, sendo estas subordinadas ao departamento regional e este por sua vez ao departamento nacional. MANFREDI (2002, pg. 192), esclarece que

quanto ao grau de autonomia de gestão,[...] o SENAI, no geral adota o modelo de gestão mais centralizada, deixando às escolas e às unidades operacionais pouca margem administrativa, financeira e pedagógica... a autonomia executiva permite que operem em estreita colaboração com as indústrias de suas respectivas áreas, buscando atender às demandas do mercado, de acordo com as peculiaridades de cada região.

⁸Confederação Nacional das Indústrias.

⁹Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul.

É interessante ressaltar que quando de sua criação, o SENAI, não agradava a todo empresariado da indústria, sendo inclusive considerado, para alguns, um custo dispendioso para o setor. Nota-se a falta de visão dessa classe naquele momento. Pouco tempo depois, quando comprovada a eficiência que tanto beneficiava ao setor da indústria, do uso da aprendizagem sistemática associando escola e trabalho, os empregadores da indústria contaram a história de forma diferente.

Mas, por outro lado, ao exigir do empresariado a manutenção do SENAI, Vargas dava ao setor produtivo o controle da instituição.

CUNHA (2000, p. 100), é muito esclarecedor ao afirmar que,

no caso do SENAI, vimos como os industriais não foram os elementos ativos em sua criação, como, também, resistiram todo o tempo à instituição [...] Apesar de isso ser do seu próprio interesse, foi preciso que o Estado, utilizando um poder arbitrário, típico do regime autoritário, obrigasse-os a assumir a instituição. Constatada a funcionalidade do SENAI para os interesses dos industriais, eles reescreveram a história, de modo a colocarem-se como autores da idéia.

Com a implantação do SENAI, constata-se a articulação entre o mercado de trabalho e a formação de mão-de-obra pouco escolarizada, visto que a população que procurava o SENAI tinha necessidade em começar a trabalhar logo e não poderia freqüentar a escola oficial. A acessibilidade das camadas de baixa renda ao SENAI e ao SENAC era justificada, pois estas escolas eram as únicas onde os jovens eram pagos para estudarem, através dos contratos de aprendizagem¹⁰, e isto serviu como um grande atrativo para as populações mais pobres.

¹⁰ Conforme art. 428 da CLT, Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação. Conforme § 2º do art. 428 da CLT, “Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora”.

Se os jovens em idade escolar, de baixa renda, tivessem a oportunidade de estudar e receber, isso ia ao encontro das suas necessidades. Por outro lado, servia como contenção das camadas populares à escola formal, que era destinada às elites.

ROMANELLI (1989, p. 169), melhor esclarece a manutenção do sistema paralelo de ensino ao afirmar,

O significado da crise e da manutenção do sistema paralelo do ensino, ao lado de um sistema oficial e a manutenção desse dualismo, ao mesmo tempo em que era fruto de uma contingência, decorria da necessidade de a sociedade controlar a expansão do ensino das elites. Assim, limitando o acesso a este às camadas médias e altas e criando o “derivativo” para conter a ascensão das camadas populares, que fatalmente procurariam as escolas do “sistema”, se estas lhes fossem acessíveis.

Este fato mostra o caráter de contenção dado às camadas populares e isso caracteriza a dicotomia que está posta à sociedade brasileira no que se refere ao sistema educacional. Sendo assim, compreende-se o ingresso ao ensino paralelo pela população desprivilegiada que era levada pelo atrativo financeiro.

2.2 A roupagem pública do ensino privado: o SENAI

O tema público e privado, que é esclarecedor para a história da educação brasileira e igualmente esclarecedor para história da educação profissional brasileira. Busca-se entender o público e privado como categoria de análise do ensino dado pelo SENAI, imprescindível para esta pesquisa.

“O que quer dizer categoria de análise? Uma categoria de análise é um conceito que nos permite dar uma “arrumação”, um “arranjo” no campo que se quer investigar” (BUFFA 2004, pg.53). Sendo assim, tendo o público e o privado como categorias de análise possível ao estudo em questão, podem-se definir alguns questionamentos, tais como: a quem se destinavam os cursos do SENAI? De onde provêm os recursos que o sustentam? Quem administra a instituição? São a partir destas questões que podemos definir o que é público e o que é privado, nessa instituição, para assim defini-la como pública ou privada.

Convém salientar, inicialmente, que o SENAI não é uma instituição pública e nem privada. Ele é uma entidade paraestatal. Ou seja, é uma pessoa jurídica de direito privado que, por lei, é autorizado a prestar serviços ou realizar atividades de interesse coletivo ou público, mas não exclusivo do estado.

Por ser paraestatal, funciona em cooperação com o Estado, e tem como atividade, a educação profissional, ficando sujeito apenas à supervisão do órgão a que se encontra subordinado, na forma de seus estatutos.

O SENAI é, portanto, um serviço social autônomo, um ente paraestatal, de cooperação com o *poder público*, mas com administração e patrimônio próprio. Isto o reveste na forma de uma instituição privada. Ele está ligado ao setor secundário da economia, ou seja, à indústria e é mantido pelas contribuições parafiscais destas.

A gestão do SENAI é privada, e ela, cabe somente aos empresários da indústria, através da CNI e das suas federações. Em parte os recursos, são públicos

e provêm das contribuições compulsórias incidentes sobre a folha de pagamento das empresas do setor industrial. As instituições do Sistema S, para a formação profissional, além dos recursos do imposto compulsório também possuem outras rendas algumas provenientes dos cursos vendidos em balcão como também cursos *In Company*, são aqueles vendidos aos empresários relacionados com a área de atuação das empresas.

Por receber recursos públicos arrecadados pelo INSS e repassados ao SENAI, esta instituição é fiscalizada pelos Tribunais de Contas da União e dos estados.

Embora oficializado pelo Estado não integra a administração pública direta nem a indireta. Assim o SENAI, como ente de cooperação que é, está e sempre esteve ao lado do estado, desde sua fundação, mas sem subordinação hierárquica a qualquer autoridade pública, ficando apenas vinculado ao órgão estatal mais relacionado com suas atividades.

Conforme MEIRELLES (2002, p. 360), essa relação é só para fins de controle finalístico e prestação de contas do dinheiro público recebido para sua manutenção, as contribuições parafiscais, (Lei 2.613/55, art. 11 e 13; Dec. Lei 200/67, art. 183; Decs. 74000/74 e 74.296/74; CF/88, art.70, parágrafo único).

Ao analisar, o caráter público e o caráter privado de uma instituição como o SENAI reporta-se aos escritos de SEVERINO (2005 p. 31),

... o público e o privado, quando usadas na esfera da organização político-social, implicam-se reciprocamente e têm significativa relevância na análise da educação. **O que está em jogo nessa relação bipolar tem a ver, fundamentalmente, com o atendimento dos interesses dos destinatários de um bem ou uma ação.** De um lado, o interesse coletivo, da comunidade, do conjunto de pessoas; de outro, o interesse individual, das pessoas em particular. (grifos nossos)

O SENAI é um ente paraestatal com serviço social autônomo e de cooperação com o poder público, tendo seu ensino ministrado de maneira a atender

um interesse coletivo de um determinado grupo. Portanto, visa o aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores da indústria. E assim, tendo como categoria de análise o público pode ser entendido como uma instituição pública, por atender a um interesse da coletividade, como aponta o autor na citação acima.

Por outro lado, tendo em vista o aprimoramento da indústria nacional, na conveniência de seus mantenedores, o SENAI, atende a interesses individuais, qual seja, visa a atender à demanda de mão-de-obra necessária à indústria, e assim se manifesta como uma instituição privada.

Neste contexto de interesses público e privado, fica a dúvida sobre o que é público e o que é privado no SENAI?

Conforme foi descrito anteriormente, embora o SENAI tenha ratificado ao longo de sua história a ideologia do capital industrial, a sua origem foi imposição do Estado ao empresariado industrial por Vargas, sendo que esta classe deveria mantê-lo. Isso trouxe a este órgão um caráter ambíguo no quais as esferas públicas e privadas se interligavam. Cunha esclarece essa ambigüidade do SENAI e o nascimento da ideologia do capital industrial ao afirmar que

a ambigüidade do SENAI, no que se refere a sua dimensão pública ou privada é, portanto, uma decorrência do corporativismo do Estado Novo. Enquanto protagonista do desenvolvimento econômico, empenhado na industrialização, o estado foi capaz de perceber a necessidade do capital na formação da força de trabalho necessária a sua reprodução ampliada, antes mesmo dos próprios capitalistas. Estes, incapazes de tomarem as iniciativas concernentes, chegaram a opor resistência aos encargos financeiros que lhes foram atribuídos. Assim, o Estado, por intermédio do próprio Vargas, cujo patrimonialismo assumiu, nesse caso, forma ostensiva, agiu com autoridade *em nome de todos os empresários*, para o que teve de se contrapor a suas demandas imediatistas. No entanto, a *gestão bipartite* dos interesses públicos/privados favoreceu a negociação entre os contendores, tanto assim que os industriais paulistas conseguiram manter intacta e efetivamente poderosa a FIESP (2000, p. 46) (grifos nossos).

Ao permitir que o SENAI fosse administrado pelos industriais ligados a FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo), através da CNI (Confederação Nacional das Indústrias), que assim passou a ter uma organização federativa como

esse órgão, o governo consolidou uma “concessão” do Estado e possibilitou a interferência direta, de seus dirigentes, nos cursos e também nos recursos do SENAI.

As fotos abaixo ajudam a ilustrar o caráter privado do ensino do SENAI, pois conselheiros do SENAI eram em sua maioria membros da CNI, inclusive Euvaldo Lodi, que está nas fotos abaixo, foi presidente da CNI e do Conselho Nacional do SENAI.



Ilustração 6 - Reunião do Conselho Nacional do SENAI, RJ, 1947 Fonte: *Histórias e Percursos*
Fonte: *Histórias e Percursos - O departamento Nacional do SENAI 1942/2002* Brasília: SENAI, 2002, p. 29



Ilustração 7 - Reunião CNI, RJ e Reunião do Conselho Nacional do SENAI, RJ, 1951 Fonte: Histórias e Percursos Fonte: Histórias e Percursos - O departamento Nacional do SENAI 1942/2002 Brasília: SENAI, 2002, p. 38

Como todas as atividades do SENAI e ainda a maneira de executá-las, são previstas em lei e ainda são devidamente fiscalizadas, tudo sempre esteve legalmente amparado. E encobriu a principal finalidade, qual seja, de ratificar o caráter ideológico a partir da criação de mecanismos institucionais que garantiram ao capital industrial a intervenção nas relações sociais. Isso ocorreu no SENAI ao garantir um estudo, uma qualificação, para as camadas pobres da sociedade brasileira interessadas no ensino industrial, assim criando a hegemonia do capital industrial no âmbito das indústrias e nas comunidades atendidas por essa instituição. MANFREDI (2002, pg.182), esclarece essa hegemonia ao afirmar,

Em sua origem, os projetos de construção do SENAI e do Sesi fazem, portanto, parte da estratégia empregada pelos industriais paulistas para disciplinar o trabalhador brasileiro e garantir a paz social. Alicerçando-se nas premissas de colaboração entre capital e trabalho e na representação de que o desenvolvimento industrial conveniente aos empresários também interessa aos trabalhadores e a todos os brasileiros, independente da condição de classe. Assim é que nascem com a pretensão de ser organismos públicos. Embora sempre tenham tido uma gestão privada, a cargo das entidades de representação patronal, o que revela as relações de cumplicidade entre tais associações sindicais e os grupos que mantêm o

poder no interior do estado brasileiro e explica as disputas recorrentes, no campo político e ideológico, com os setores organizados dos trabalhadores industriais.

Consoante o que já foi aqui exposto, a *roupagem pública* do SENAI, está legalmente amparada, mas cobre interesses privados.

2.3 O projeto pedagógico do empresariado industrial

O SENAI foi criado por imposição governamental a partir do Decreto n.º 4.048 de 22 de janeiro de 1942. Ficou determinado que o SENAI fosse organizado e dirigido pela CNI – Confederação Nacional da Indústria, e que também seria mantido pela contribuição dos estabelecimentos industriais os quais fossem a ela filiados. Ao exigir do empresariado industrial a manutenção do SENAI, Vargas dava a esse setor produtivo a administração da instituição. Esta estrutura que excluía as organizações operárias da participação direta da administração do SENAI deixava os industriais livres para dirigir a Instituição. Isso fez evidenciar o caráter político ideológico desta Instituição, nascido por pressão governamental, mas com uma forte tendência para servir aos interesses de uma classe que detinha um grande poder econômico e político e que passava a dispor de uma instituição para a formação do operariado industrial.

Assim constitui-se o projeto ideológico pedagógico elaborado pelo empresariado industrial com a criação do SENAI: a classe empresarial industrial objetivava neutralizar o pensamento dos operários ao dar-lhes a qualificação idealizada por ela, consolidando uma classe trabalhadora requerida pelo capital. Ficaria caracterizado um projeto de formação onde a classe operária fosse construída para atender aos interesses do capital industrial, pensando e atuando como convém aos seus formadores.

O projeto fica evidenciado porque cada unidade SENAI possui um Conselho Consultivo, com participação majoritária do empresariado,

que colaboram também na orientação filosófica-didático-pedagógica, permitindo assim traçar o exato perfil do profissional necessário em cada especialidade. Essa estrutura permite ainda uma avaliação constante da qualidade do ensino do SENAI, em intercâmbio que se estabelece através de um caminho de duas vias, uma que traz as necessidades e sugestões do empresário e a outra que leva ao atendimento de seus anseios os recursos humanos preparados para a época. Sempre que julgado oportuno, as unidades adotam como patrono um empresário-símbolo em seu segmento industrial, alguém que estivesse sempre voltado para a valorização da mão-de-obra capaz e atualizada; enfim, uma figura humano de valor

incontestável e, o que é importante, sugerida pela própria entidade de classe patronal. (SENAI - 50 anos de Rio Grande do Sul, p. 117).

Isso é evidenciado ainda no tipo de trabalhador qualificado por esta Instituição, que além de desenvolver habilidades técnicas deveria ser disciplinado e também possuir virtudes morais. Weinstein (2000, p. 140 e 141) esclarece que os criadores

idealizaram o SENAI como um órgão que deveria oferecer mais do que meras habilidades técnicas. O comunicado de 1943, informando os industriais de que o SENAI podia indicar torneiros mecânicos competentes e *honestos*, revela que, mesmo nos cursos rápidos para adultos, o SENAI procurava inculcar virtudes morais, além das habilidades manuais, aos seus alunos.

Conforme já foi dito, o SENAI foi criado durante o Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas, mais precisamente em 1942. O período Vargas, no Estado Novo (1937-1945), foi marcado por uma forte intervenção social, educacional e político-ideológica. Isto por se tratar de uma ditadura, onde as relações entre estado e sociedade foram marcadas por pressões, acordos e tolerâncias.

No início da década de 1940, como havia a necessidade de um grande número de operariado urbano, Vargas e os executores de suas idéias elaboraram um plano para atrair trabalhadores aos grandes centros. Isso se baseava em uma forte organização sindical corporativista, onde o estado outorgava os direitos aos trabalhadores, através de medidas legais, mas, por outro lado, estabelecia dispositivos para controlar a atuação política dos mesmos.

Esta questão político ideológica de concessão de direitos fez com que houvesse uma expectativa de reciprocidade dos trabalhadores porque a estes foram concedidos direitos trabalhistas há muito almejados.

Na chamada Era Vargas (1930-1945), ocorreram importantes mudanças em nosso país, quando a economia deixou de ser essencialmente agrícola e houve a aceleração do processo de industrialização. Essa substituição ocorreu com fortes investimentos estatais, no qual o governo era o principal agente do desenvolvimento

econômico. Essa expansão exigia mão-de-obra. Para isso, o governo Vargas, legitimando os interesses do capital industrial, uma vez que o sistema educacional não possuía a infra-estrutura que atendesse a essa necessidade, cria um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial.

A foto abaixo ilustra a visita do Presidente Vargas a Escola SENAI na feira das profissões em São Paulo. Isso demonstra a cumplicidade de Vargas pelo sistema administrado pelo empresariado industrial.

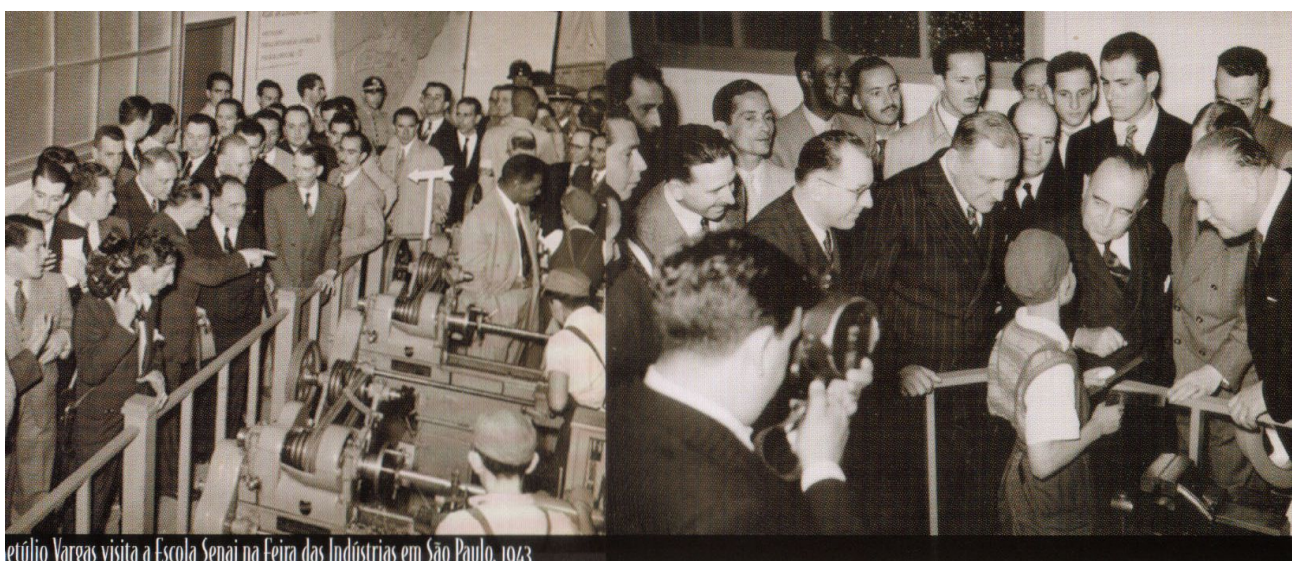


Ilustração 8 - Getúlio Vargas visita Escola SENAI na Feira das Indústrias em São Paulo, 1943
Fonte: Histórias e Percursos Fonte: Histórias e Percursos - O departamento Nacional do SENAI 1942/2002 Brasília: SENAI, 2002, p. 28

Em virtude da organização corporativista de representação sindical legitimar os interesses das classes dominantes e principalmente dos setores vinculados à indústria, consolidou-se a hegemonia das organizações de criação de mecanismos institucionais que garantam geridas pelos sindicatos patronais. É neste contexto que nasce, na década de 1940, o SENAI e o SENAC. Mais tarde com a organização dos outros sindicatos patronais, nasceu o “Sistema S”, que é composto também pelo SENAT e SENAR e respectivamente seus pares sociais – SESI; SESC; SEST – são entidades geridas pelas classes patronais e mantidas através do imposto

compulsório. O compulsório pago pelos empresários é calculado sobre a folha de pagamento e arrecadado pelo INSS através da contribuição mensal e repassado ao sistema S.

O SENAI, desde a sua criação representa a maior rede de educação profissional formadora de operários, com cursos de aprendizagem para menores a partir de 14 anos e com duração de até dois anos, e cursos de treinamento para operários e de curta duração.

Recorre-se a Frigotto (2005, p. 60), para evidenciar a construção desse conhecimento, “o trabalho como princípio educativo, então, não é primeiro e, sobretudo uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político”. Este autor realça o aspecto de que, na prática da formação ofertada pelo SENAI, há uma redução do trabalho como princípio educativo à idéia do ensino desenvolvido a partir do “aprender fazendo”.

O método de ensino aplicado pelo SENAI revela que o trabalho de oficina que implementa a metodologia do “aprender fazendo” foi inspirado na experiência do russo Victor Della Voz, diretor da Escola Técnica Imperial de Estradas de Ferro de Moscou em 1868.

O SENAI herdou o método de Della Voz a partir da experiência utilizada no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional criado no ano de 1934 em São Paulo. Conforme Frigotto (1983 p. 41), “se efetivarmos uma comparação de ensino de oficina no SENAI, com o que descreve Della Voz em 1868, veremos que os passos são praticamente os mesmos e a concepção igualmente a mesma”.

Na década de 1990 o SENAI começou a implantação de um novo modelo organizacional visando alterar a estrutura tradicional de departamentos para que assim seja criada uma instituição com mais flexibilidade administrativa. Essas mudanças visam uma adequação aos novos requisitos que o “mundo do trabalho”

exige tanto do empresário como da formação profissional do trabalhador que precisa manter-se “empregável”.

A consolidação do SENAI sem dúvidas ocorreu devido à capacidade da instituição de adequar-se as mudanças da conjuntura social e econômica como também as variações dos sistemas internacionais. Isso aconteceu devido à instituição ser dirigida pelos empresários do setor secundário que por “compreenderem” a linguagem do capital souberam adequar o SENAI as inovações impostas pelo sistema capitalista.

Assim o SENAI constitui-se na maior instituição de educação profissional e a mais de sessenta anos qualifica profissionais para o setor secundário.



Grupo de técnicos de diversos departamentos regionais que participaram de treinamento da OIT, em 1955, no CFP Visconde de Mauá.

Ilustração 9 - Grupo de Técnicos no CFP Visconde de Mauá, 1955 Fonte: SENAI 50 Anos de Rio Grande do Sul 1942-1992 Porto Alegre: SENAI, 1992, p. 137

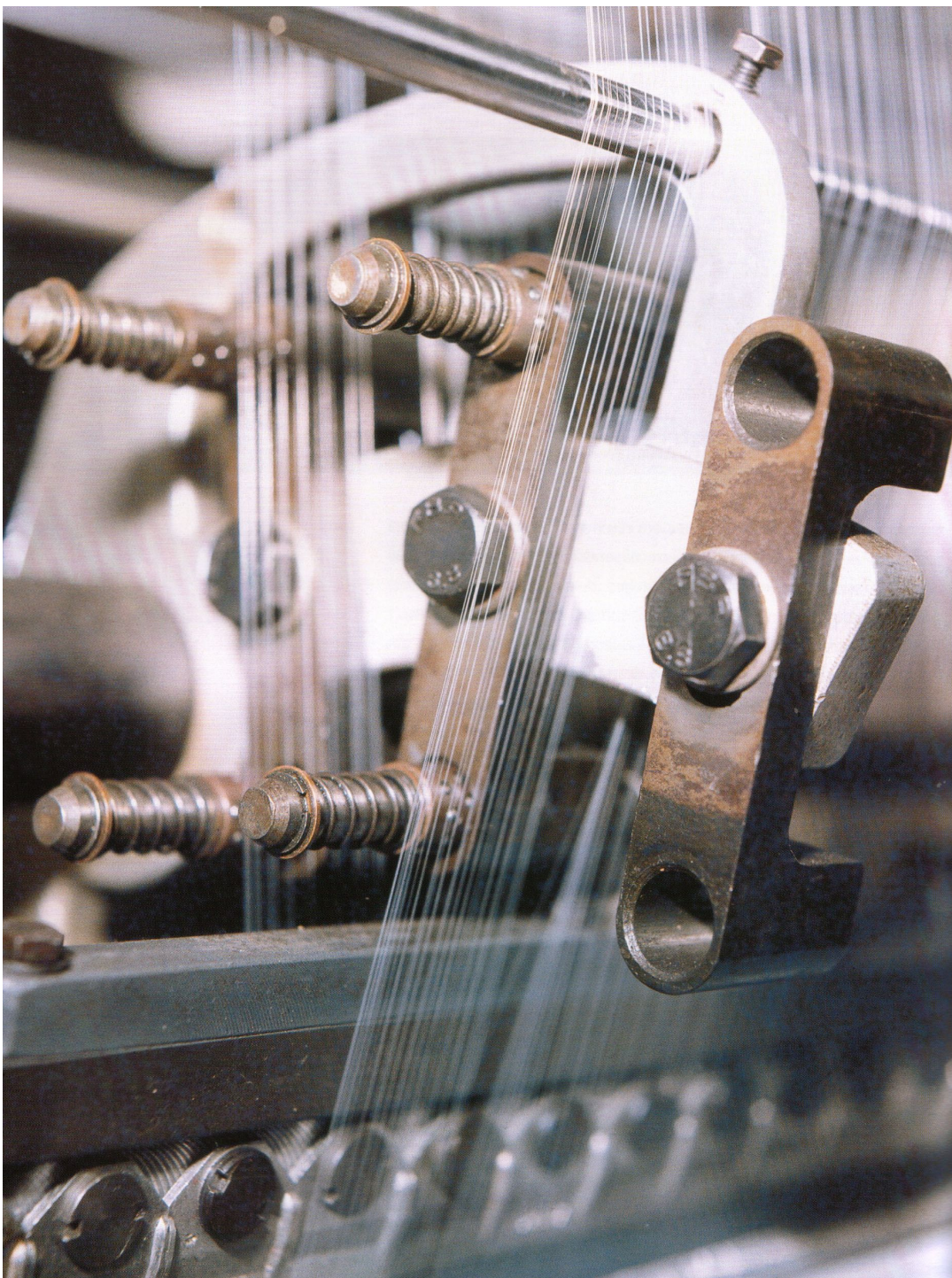


Ilustração 10 - Máquina Industrial Fonte: Histórias e Percursos Fonte: Histórias e Percursos - O departamento Nacional do SENAI 1942/2002 Brasília: SENAI, 2002, p. 58

3. A indústria em Pelotas na década de 1970 e a gênese da Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe - SENAI/Pelotas-RS

3.1. O desenvolvimento econômico de Pelotas na década de 1970

O município de Pelotas, na década de 1970, vivia um momento de ascensão industrial. O desenvolvimento do setor secundário era evidenciado nos jornais locais e também em revistas de tiragem nacional.

A revista Cruzeiro destacou a cidade de Pelotas/RS na capa, conforme ilustrado abaixo. Em uma reportagem de oito páginas, salientou, além do crescimento industrial da cidade, o comércio, o turismo e a primeira miss universo brasileira, em 1930, que foi a “jovem pelotense Iolanda Pereira”.



Ilustração 11 - Capa da revista Cruzeiro onde foi destaque a cidade de Pelotas/RS. Fonte: Revista Cruzeiro, 2/02/1970

Em suplemento especial da revista Manchete (1972), sobre a economia gaúcha, intitulado “Os caminhos da produção” e “Alimentos do extremo sul”, a cidade de Pelotas foi destaque. Em trinta e cinco páginas, escrito também em inglês, descrevia o desenvolvimento econômico da cidade. Embora um texto extremamente ufanista, evidenciava o desenvolvimento pelotense, conforme destaque na página 3:

é o Extremo Sul que se agiganta na corrida do desenvolvimento econômico. Esta região é extremamente favorecida pela natureza, com efetivas potencialidades de clima, solo e localização geopolítica. É talvez, no Brasil, a área que possui maior vocação para a produção de alimentos, já produzindo muito arroz, soja, cebola. Milho, trigo, batata, hortaliças. A fruticultura, crescendo a cada ano e desenvolvendo-se também com finalidades industriais, transformou a região na Califórnia Brasileira [...] Aqui homens e máquinas estão plantando as bases do que será no futuro um dos maiores complexos mundiais de produção alimentícia.

Neste suplemento são também destacados três grandes projetos do governo federal, anunciados em virtude da localização de Pelotas e do Rio Grande do Sul, localizados “entre os dois maiores pólos de desenvolvimento da América (Rio - São Paulo e Buenos Aires – Montevideú), destinando-se a ser um centro de comércio internacional da ALALC¹¹”. Suplemento Manchete (1972, p. 4). Os projetos instituídos pelo governo foram: Projeto Sudoeste I, Projeto Camaquã e Plano Regional Integrado da Região da Lagoa Mirim. O primeiro intensificaria a Pecuária, ampliaria e diversificaria a produção agrícola através da irrigação. O Projeto Camaquã tinha como foco a área central do estado do Rio Grande do Sul. E o último, além da construção de barragens para a irrigação, abastecimento de água às cidades, produção de energia, regularização e melhoramento da navegação e etc, também contemplava a construção de rodovias na cidade de Pelotas e a ampliação do Porto de Rio Grande, tornando-o Superporto Continental de Rio Grande, o qual, conforme o suplemento seria o maior terminal de longo curso da América Latina. Isto porque os governos federal e estadual “estavam acelerando a implantação de moderníssimas rodovias e ferrovias, que cruzariam o Rio Grande em todas as direções e convergiria para o superporto através do grande entroncamento em Pelotas”. Suplemento Manchete (1972, p. 5).

¹¹ Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Também é elencado no suplemento, com grande destaque, a construção do Distrito Industrial no município, enfatizando a infra-estrutura que o governo municipal investiu. E esse seria o motivo por que empresas nacionais e estrangeiras procurariam por Pelotas para se instalarem. “A infra-estrutura de Pelotas está atraindo investidores para sua área industrial, onde mais de uma dezena de empresas importantes estão se instalando”, “O crescimento industrial de Pelotas – a segunda cidade do Rio Grande do Sul – supera a média atualmente registrada no país (23%) sendo o dobro do índice geral do país”. Suplemento Manchete (1972, p. 6 e 7).

É ressaltado ainda que Pelotas, naquele momento, era a 6ª cidade do Brasil em arrecadação tributária e que também era a segunda cidade no Rio Grande do Sul em descontos de cheques, isso evidenciava o desenvolvimento econômico do município.

Além da instalação do distrito industrial, também foram destacados nos textos do suplemento a ampliação da capacidade energética¹², a eficiência em comunicações¹³, a farta quantidade de água¹⁴ e a mão-de-obra especializada¹⁵.

¹² Pelotas, na década de 1970, teve a criação da usina do Porto que elevou a capacidade instalada no município em energia elétrica.

¹³ Em 1972, Pelotas possuía 10.485 telefones, um aparelho para 15 pessoas, e era uma das cidades brasileiras onde não existia demanda reprimida para a aquisição de telefone. A responsável era a CTMR (Cia. Telefônica Melhoramento e Resistência), empresa pelotense, que neste momento já tinha mais de meio século de existência. A CTMR era uma Entidade Empresarial de economia mista (com a finalidade de prestar serviço público que possa ser explorado no modo empresarial), seu capital era público e privado. Era uma empresa eminentemente popular porque quando as pessoas adquiriam linhas telefônicas tornavam-se seus acionistas, sendo que seu maior acionista possuía 5% do capital social da empresa. A CTMR foi privatizada na década de 1990.

¹⁴ Pelotas, no ano de 1965, teve a criação da autarquia municipal do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgotos), que nos três primeiros anos de sua existência ampliou o abastecimento de água na cidade com a construção da Represa e Estação de Tratamento de água Santa Bárbara. Atualmente a autarquia chama-se SANEP.

¹⁵ O município possuía trinta e seis cursos superiores com as duas universidades, UCPEL (Universidade Católica de Pelotas) e UFPEL (Universidade Federal de Pelotas). Pelotas contava com escolas primárias e secundárias e escolas técnicas, CAVG (Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça) e ETFPEL (Escola Técnica Federal de Pelotas), tudo isso era a garantia de mão-de-obra especializada.

Pelotas era identificada como a Califórnia Brasileira, isso devido ao clima e ao solo pelotense serem altamente propícios à fruticultura. No município, além de pêsegos, eram plantados morangos, figos, laranjas, ameixas e pêras, garantindo assim, tal identificação. Também era produzida no município volumosa plantação de aspargos, ervilhas, tomates e pepinos. Em Pelotas e nos pequenos municípios vizinhos, de acordo com a revista, funcionavam mais de setenta fábricas de conservas que se abasteciam dessas frutas e legumes. Os textos ainda destacam que a qualidade da produção da fruticultura devia-se a um serviço altamente especializado de pesquisa desenvolvido pela Estação Experimental da Cascata, órgão do IPEAS (Instituto de Pesquisa Agropecuária do Sul) ¹⁶.

A comercialização e beneficiamento do arroz em Pelotas tinham destaque em nível regional e nacional. Isso é evidenciado tanto no suplemento especial da revista Manchete como nos jornais do município. No primeiro, o produto pelotense foi destacado: “Maior qualidade e melhor sabor são característicos do arroz cultivado em campos do sul. Pelotas é hoje o maior centro de comercialização e beneficiamento deste cereal na América do Sul”. Suplemento Manchete (1972, p.19)

Ainda foram destaques no suplemento da revista Manchete: a Empresa Pelotense Dias Ferreira & CIA, como sendo a maior beneficiadora de arroz do Brasil, na safra de 1972 que beneficiou um milhão de sacas; o Grupo Joaquim Oliveira que se situava entre os cem maiores do país em volume de vendas, tendo como principais produtos o arroz Tio João e a produção de sementes de arroz certificadas; a utilização de tecnologias na colheita e complexos sistemas de irrigação, fazendo com que as lavouras de arroz da Cooperativa Arrozeira Extremo Sul apresentassem um alto nível de desenvolvimento; a utilização de processo totalmente mecânico no beneficiamento do arroz da Comercial Trilho Otero S/A, bem como a expansão do grupo na diversificação de suas atividades por vários setores; a rotação de terras, entre a lavoura e a pecuária, utilizada pela Cel. Pedro Osório S/A Industrial,

¹⁶ O IPEAS era órgão regional do Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária do Ministério da Agricultura que era sediado em Pelotas. Além da pesquisa científica que servia de suporte

Comercial e Agrícola¹⁷ – que era um grande produtor de arroz de grãos curtos, tipo japonês, e também tradicional criadora de gado holandês - ; a soja em expansão, o grupo Olivebra, liderado pela Olivebra S/A Indústria e Comércio de Óleos Vegetais¹⁸ foi responsável no ano de 1972 por quase 85% das exportações brasileiras de óleo de soja; a melhor carne exportação, do Frigorífico Anglo – que era o maior da zona sul do estado – que colocava no mercado externo produtos de carne de marcas Weddel, Hereford e Donald Cook; a entrada de divisas para o país devido às exportações da Indústria e Comércio Sonva S/A para onze países principalmente europeus, de carne de eqüinos e de seus derivados; a boa e volumosa produção de lã porque Pelotas era o maior centro de comercialização de lãs do Brasil, industrializando a produção de uma vasta área, através da Laneira Brasileira¹⁹; a riqueza das peles ovinas, que tinha no grupo Industrial Arthur Lange²⁰ o maior industrializador de peles ovinas da América Latina e que também era o segundo em importância no Brasil no ramo de couro; uma importante bacia leiteira onde são destacadas duas grandes cooperativas a Colacti²¹ e a Coolapel; o gado forte e bem nutrido devido ao Laboratório Leivas Leite que colocava à disposição dos criadores 13 tipos de vacinas e 15 de medicamentos para que fossem evitadas, combatidas e controladas as doenças nos rebanhos; a maior estocagem do Rio Grande do Sul,

tecnológico da agropecuária o IPEAS também mantinha assistência direta ao produtor. Hoje se chama EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária).

¹⁷Em 1967 esta empresa obteve o certificado de sociedade anônima de capital aberto, seu capital foi aberto a investidores, este em 1951 equivalia a seis mil cruzeiros e atingiu no ano de 1972 seis milhões. Seus acionistas de 22 passaram para 799. Suplemento Revista Manchete.

¹⁸Em 26.6.1974, foi noticiada no jornal Diário Popular a ampliação da Olivebra, que adquiriu os terrenos próximos à vila do gasômetro, às margens do Canal São Gonçalo próximo à ponte Pelotas/Rio Grande, que triplicou seu porte industrial e proporcionaria o aumento de 200 empregos, incluídos entre estes os dedicados à mão-de-obra qualificada (universitária e técnica).

¹⁹Noventa e nove por cento da produção de lã do Brasil concentrava-se no Rio Grande do Sul, neste período, sendo que 73% estavam no extremo sul e um terço da comercialização de lãs era feita em Pelotas. A Laneira Brasileira S/A Indústria e Comércio foi constituída em 1945 e era responsável por grande parte desta comercialização esta empresa entrou em processo de falência na década de 1990. Suplemento Revista Manchete.

²⁰O grupo Industrial Arthur Lange era composto pelas seguintes empresas: Arthur Lange S/A, Curtume Pelotas S/A, Curtume Júlio Adams S/A e Curtume Guilherme Ludwig S/A (estes de Novo Hamburgo no Rio Grande do Sul) e Frigorífico Anselmi S/A (de Rio Grande, Rio Grande do Sul). O grupo possuía filiais em Novo Hamburgo, São Paulo e Nova Iorque e a empresa Arthur Lange S/A possuía, neste momento suas ações em alta nas bolsas de valores. Desde o ano de 2007 a empresa Arthur Lange tem apresentado dificuldades em manter-se em funcionamento, de acordo com notícias dos jornais locais.

²¹Atualmente chama-se Cosulati.

Pelotas por sua localização era o grande centro de estocagem da produção de cereais da zona meridional do Rio Grande do Sul, o grande destaque da revista eram os “gigantescos” depósitos da Organização Fonseca Júnior com capacidade para 2.500.000 sacas de 60 quilos; e por último era destaque a construção do “Motel Manta” junto a área industrial da cidade à beira do lago da Barragem Santa Bárbara.

Diante deste contexto era notável o crescimento econômico da cidade de Pelotas. E, como já dito, com a implantação do distrito industrial houve a possibilidade do avanço industrial no setor da alimentação. Assim foi possível a instalação de várias indústrias que receberam incentivos da prefeitura municipal e dos bancos de desenvolvimento. Estes incentivos foram noticiados no jornal Diário Popular:

“O prefeito Alves da Fonseca participou de encontro na sede do Centro das Indústrias com empresários locais e o diretor superintendente do BRDE (Banco Regional do Desenvolvimento)... na oportunidade foram debatidos entre outros assuntos a possibilidade de financiamento para a construção em Pelotas de indústrias”. Diário Popular (19.05.1971, p.4)

“O prefeito Alves da Fonseca dirigiu-se às primeiras horas de ontem a Porto Alegre a fim de atender diversos compromissos ligados ao desenvolvimento de Pelotas. Às 9h esteve na FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – onde tratou de assunto referente a industrialização e progresso de nosso município. Às 10h, compareceu no BRDE, com vistas a financiamentos a empreendimentos da administração”. Diário Popular (28.12.1971, p.3)

Os financiamentos dos bancos às indústrias foram de extrema relevância, visto que esses possibilitaram uma elevação da produção e alteração nos modos de produção, conforme salienta Tavares (2000, p. 38),

Os financiamentos dos bancos tiveram notáveis efeitos multiplicadores no parque de indústrias de conservas de Pelotas, formado, até então, por empresas familiares que operavam, sobretudo, com recursos próprios. O desenvolvimento econômico de Pelotas, graças à expansão de suas indústrias, com ênfase na produção de alimentos, passou a chamar a atenção em todo o Brasil.

Em uma notícia do jornal Diário Popular (09.07.1972, p. 6), intitulada “Pelotas o ponto certo para investir”, conforme ilustrado na foto abaixo,

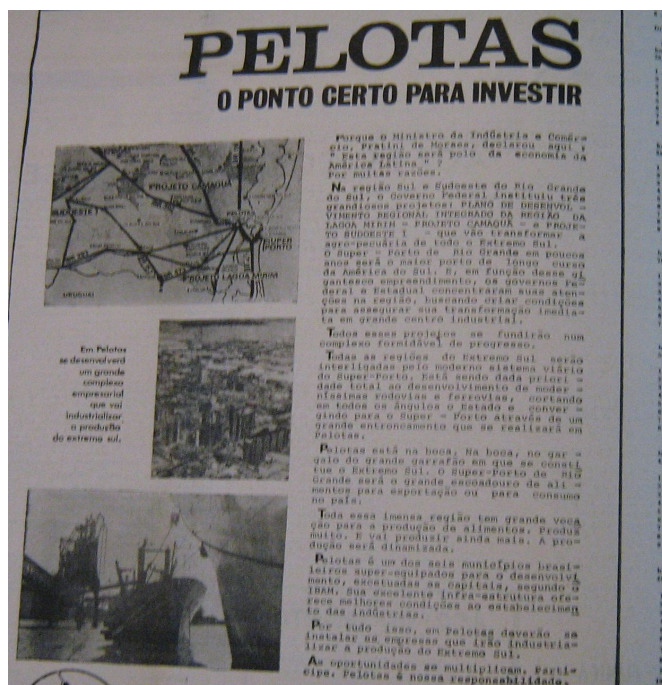


Ilustração 12 - Notícia acerca do crescimento industrial. Fonte: jornal Diário Popular 09/07/1972

Nesta notícia, além do mapa com a localização de Pelotas, uma foto do centro da cidade e uma foto do porto da cidade de Rio grande. A notícia elencava uma série de razões para o então Ministro da Indústria e Comércio, Pratinde Moraes, ter declarado que Pelotas seria o pólo econômico da América Latina. A razão seria a localização da região localizada perto de Rio Grande e de seu Super Porto e Pelotas estaria ligada a ele por um moderno sistema viário. Além disso, destacava: "Pelotas é dos seis municípios brasileiros super-equipados para o desenvolvimento, excetuadas as capitais, segundo o IBAM, sua excelente infraestrutura oferece melhores condições no estabelecimento de indústrias. Por tudo isso, deverão se instalar em Pelotas as empresas que irão industrializar a produção do extremo sul".

Na edição do jornal Diário Popular (16.05.1972) em suplemento especial - este com um total de quarenta e duas páginas -, a primeira página conforme a foto a seguir, evidenciava o crescimento industrial do município, bem como, o empenho em atrair mais investimentos,

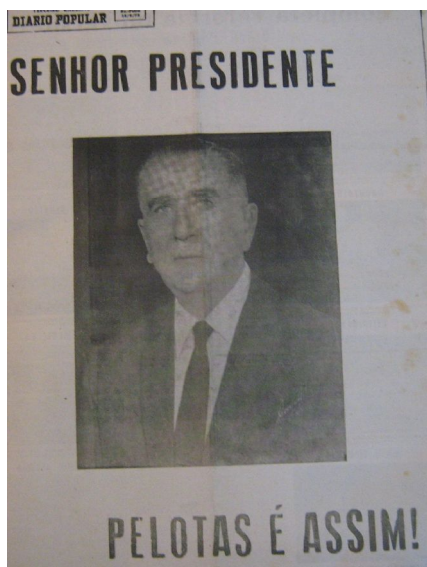


Ilustração 13 - Foto do Presidente Emílio G. Médici.

Na segunda página tinha o seguinte título: *Aceite nosso convite: venha investir em Pelotas*. As duas páginas centrais tinham o título que a foto abaixo ilustra,

Ilustração 14 - Notícia acerca do crescimento industrial. Fonte: jornal Diário Popular 16/05/1972, p. 4 6º cad.



No decorrer das quarenta e duas páginas era retratada a economia de Pelotas, bem como sua estrutura adequada aos investimentos empresariais. Os diversos anúncios eram de indústrias como a Irgovel, a Dias Ferreira & CIA, o Grupo Joaquim Oliveira, a Cooperativa Arrozeira Extremo Sul, a Comercial Trilho Otero S/A, a Cel. Pedro Osório S/A Industrial, Comercial e Agrícola, a Olvebra S/A Indústria e Comércio de Óleos, a Indústria e Comércio Sonva S/A, a Colacti, o o Laboratório Leivas Leite, as Organizações Fonseca Junior, entre outras. No tocante à estrutura do município, os anúncios eram da Cia Pelotense de eletricidade, da Companhia Telefônica de Melhoramento e Resistência e Serviço Autônomo de Água e Esgoto e ainda relativo à mão-de-obra qualificada havia anúncios da Universidade Federal de Pelotas e Escola Técnica Federal de Pelotas, essa denominada no anúncio a “Escola da década”.

Diante dos fatos e notícias aqui expostas, acredita-se, que Pelotas na década de 1970 teve com essa política de desenvolvimento industrial um crescimento acima da média para o período.

3.2 Aspectos do contexto urbano em Pelotas na década de 1970: a geração de empregos, construção de casas populares, crescimento do parque viário e o projeto da rodoviária municipal

Na cidade de Pelotas, com o já mencionado crescimento industrial, devido à instalação de indústrias no município, assim como as políticas que concorreram para que isso acontecesse, ficaram evidenciadas algumas necessidades estruturais para o município, entre as quais a necessidade de mão-de-obra, moradias populares e melhorias no setor viário.

A carência de mão-de-obra qualificada no início da década de 1970 era elencada no jornal local, conforme noticiado no Diário Popular de 28.09.1971, p.8,

Indústrias pedem empregados especializados à Prefeitura:
As novas indústrias que recentemente se instalaram em Pelotas já estão solicitando à agência de emprego e reemprego, órgão da Prefeitura Municipal, funcionários especializados para o preenchimento de vagas.

A prefeitura de Pelotas demonstrava o interesse em aperfeiçoar a mão-de-obra existente no município:

“temos de qualificar profissionalmente ainda mais 1200 pessoas, além do que já fizemos, através de cursos realizados em Pelotas”. Essa afirmação é do prefeito Alves da Fonseca, que afirma serem necessários 80 cursos – que já estão programados – para que se atinja ainda a qualificação de mão-de-obra necessária para a solução do problema de desemprego e para o atendimento as diversas firmas que estão se instalando em Pelotas. Diário Popular, (23.08.1972, p. 3)

Os cursos acima programados foram realizados e o prefeito municipal participou da solenidade de entrega de certificados,

à noite, o chefe do executivo municipal esteve na Escola Técnica Federal de Pelotas, assistindo a entrega de certificados de conclusão de cursos de mão-de-obra da Fundação Gaúcha do Trabalho e abertura de novos cursos. Na oportunidade manteve contato com o presidente da FGT, professor Jorge Furtado, com quem travou longa palestra, sobre os cursos em questão e sobre o desenvolvimento do município. Diário Popular, (22.09.1972, p. 3)

A carência de mão-de-obra, que já era manifestada desde o início da década de 1970, resultava do fato de que haviam se instalado várias indústrias, como já foi exposto. A este fato foi dada publicidade, conforme a notícia abaixo.

... recentemente tanto a ETFPEL como o SENAI realizaram pesquisa para verificar quais são as necessidades de treinamento de mão-de-obra industrial deste município. Não houve coincidência quanto dos resultados, considerando-se cursos e números de candidatos. Mas num sentido, as pesquisas foram coincidentes: ambas demonstravam que as empresas desejam treinamento profissional para grande número de empregados. (Diário Popular, 12.05.1970, p. 4)

A pesquisa realizada pela Escola Técnica, em sua divulgação, revelou que as indústrias de Pelotas desejavam vários cursos, com a finalidade de qualificar a mão-de-obra existente nas empresas, entre eles,

Ajustador	9 candidatos
Carpintaria	15 candidatos
Eletricidade básica	6 candidatos
Eletricista enrolador	9 candidatos
De freza	6 candidatos
Legislação trabalhista	19 candidatos
Marcenaria	13 candidatos
Mecânica Geral	8 candidatos
Montagem de rádio	5 candidatos
Montagem de TV	8 candidatos
Operador de máquinas e ferramentas	5 candidatos
Psicologia do trabalho	8 candidatos
Relações humanas	17 candidatos
Relações públicas	7 candidatos
Reparador de Eletrodomésticos	5 candidatos
Serralheiros	17 candidatos
Torneiro mecânico	24 candidatos
Vendas	42 candidatos

Diário Popular, (12.05.1970, p. 4)

Nesta mesma notícia, além da publicação da pesquisa, também era manifestado que no ano de 1969 as indústrias locais já revelavam a carência de trabalhadores para o setor secundário, como também atribuíam a falta de mão-de-obra qualificada pela ausência de uma escola SENAI no município,

...considerando-se a arrecadação do SENAI em Pelotas essa instituição devia há muito tempo ter criado uma escola nesta cidade a fim de manter uma grande variedade de cursos de formação e treinamento de mão-de-obra qualificada para à indústria. As solicitações das indústrias feitas por ocasião das pesquisas em 1969 revelam uma situação que se criou em grande parte por omissão do SENAI. Diário Popular, (12.05.1970, p.4)

A administração municipal apostaria que o tripé cursos de qualificação, pesquisas realizadas acerca da carência de mão-de-obra, bem como, o desenvolvimento industrial do município surtiriam efeito.

“Surgirão 5000 novos empregos” Dentro dos próximos 24 meses Pelotas disporá de 3000 a 5000 novos empregos, graças a instalação de novos grupos industriais, e um pouco mais tarde, no espaço de 5 anos, a oferta subirá para 5000 vagas. Diário Popular, (07.08.1974, capa)

Essa manifestação publicada na capa do jornal local nesta data foi feita pelo então prefeito Ary Alcântara, na Associação Comercial de Pelotas, onde se manifestou sobre a atuação de Secretarias, Departamentos e Autarquias Municipais. A ênfase da palestra do prefeito, conforme noticiado, recaiu nos assuntos vinculados à expansão industrial, e nas conseqüências o desenvolvimento econômico de Pelotas e a importância para a absorção da mão-de-obra. Salientou ainda o Prefeito que Pelotas seria o município que melhores condições oferecia para a implantação de indústrias em todo o Rio Grande do Sul.

Outro fato que demonstrava o desenvolvimento urbano de Pelotas era a construção de moradias populares, como as Cohabs que foram construídas na década de 1970. Conforme a citação abaixo,

“Alves da Fonseca viajou a Porto Alegre ontem: o prefeito Alves da Fonseca dirigiu-se às primeiras horas da manhã de ontem a Porto Alegre a fim de atender diversos compromissos ligados ao desenvolvimento de Pelotas. [...] o prefeito pelotense esteve no BNH, onde desenvolveu assunto relativo à aprovação de financiamento à prefeitura de Pelotas para realização da infraestrutura na área da Cohabipel e ainda de autorização para concorrência com vistas a construção de mais 868 casas populares.” Diário Popular, (28.12.1971)

O então prefeito Alves da Fonseca já se empenhava para a vinda de recursos destinados à moradia popular. No governo seguinte, com o prefeito Ary Alcântara, foi dado continuidade a esse programa.

As ilustrações a seguir evidenciam essa ampliação,



Ilustração 15 - Notícia acerca da solicitação do presidente da Cohab/RS de áreas para construção de moradias. Fonte: jornal Diário Popular, 10/01/75

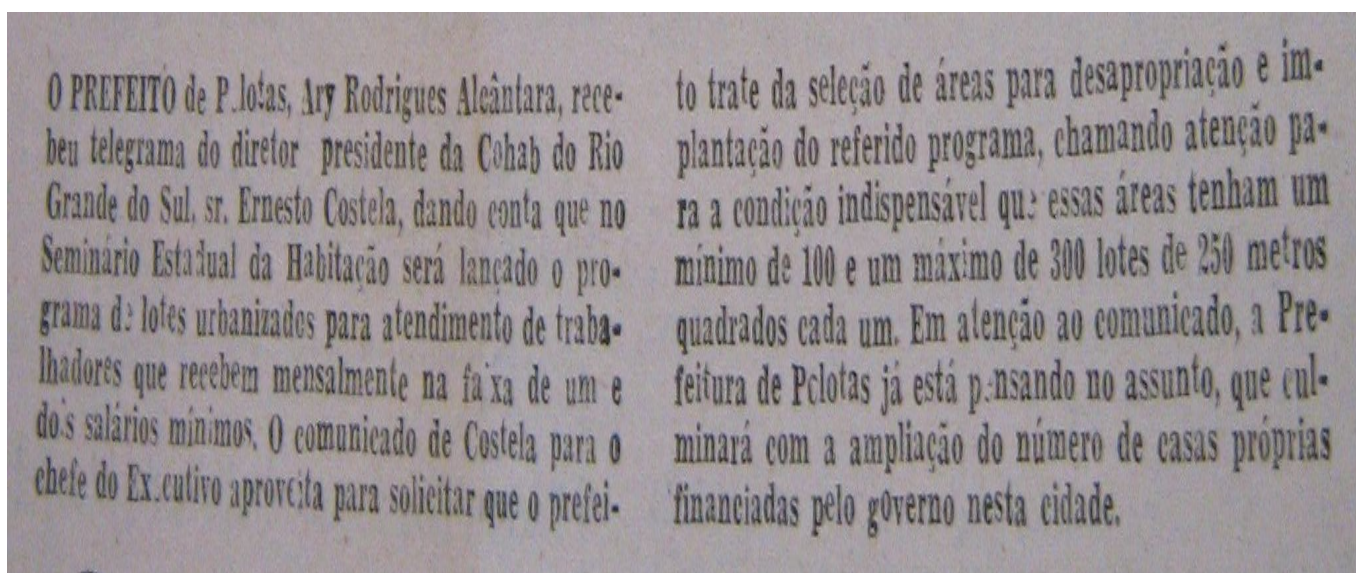


Ilustração 16 - Notícia acerca da solicitação do presidente da Cohab/RS de áreas para construção de moradias. Fonte: jornal Diário Popular, 10/01/75

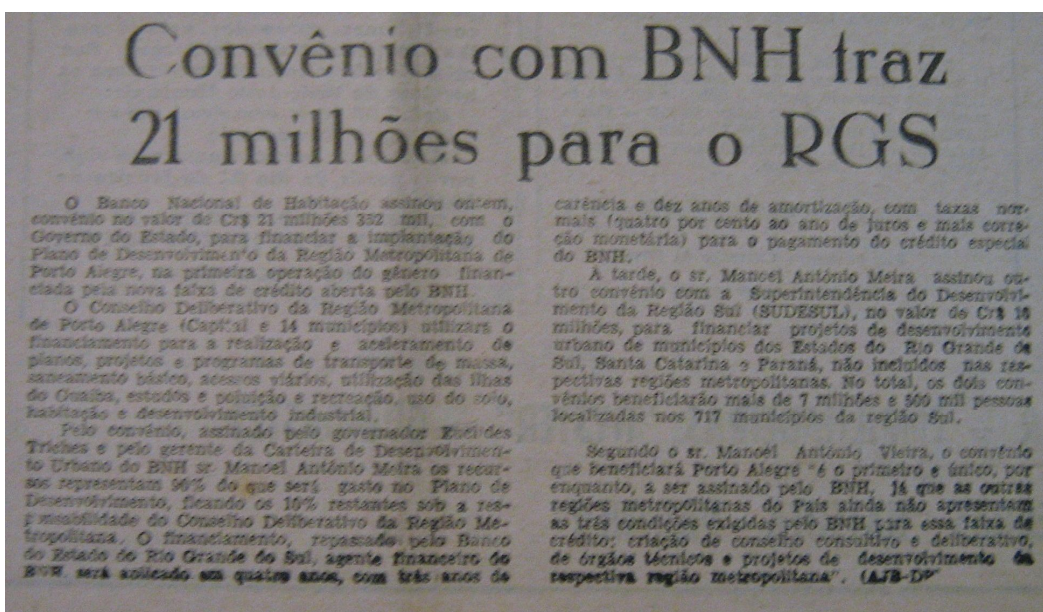


Ilustração 17 - Notícia de recursos para a construção de casas populares. Fonte: Diário Popular, 21.01.1975



Ilustração 18 - Notícia da construção de 400 populares. Fonte: Diário Popular, 18.01.1975

No dia 10.05.1975, na p. 8 do jornal Diário Popular foi noticiado à abertura das inscrições para a Cohab Fragata e também para a segunda fase da Cohab-RS, que seria o segundo plano da Cohab Tablada, como hoje é conhecida,

“segundo informou ontem, ao Diário, fonte do escritório regional da Companhia de Habitação do Estado do RS - COHAB-RS em Pelotas, permanecem abertas as inscrições dos interessados na aquisição de suas casas, especialmente das que estão por serem construídas dentro em breve no próprio bairro Cohab-RS e no bairro Fragata.”

Foi noticiado no dia 13.05.1975 no jornal Diário Popular, o calçamento da Cohab Areal, também a pavimentação da Av. República do Líbano - principal via de acesso ao bairro Cohab-RS - ,

Calçamento da Cohab-Areal estará pronto em 30 dias
Por determinação do prefeito Ary Alcântara as construtoras FN Carvalho, Stal e G. Domingues, encarregadas da pavimentação de 20.000 metros quadrados em cinco ruas do bairro Cohabipel-Areal, estão acelerando os trabalhos com o objetivo de entregar, num prazo de trinta dias todas as obras concluídas. [...] A Smov, por determinação do Prefeito Ary Alcântara ainda esta semana, abrirá concorrência, para a execução de pavimentação em mais um trecho da AV. República do Líbano.

Neste contexto de desenvolvimento econômico na cidade de Pelotas, devido à oferta de empregos, a aquisição de casas populares por trabalhadores seria uma consequência direta. Assim, dentro de um projeto nacional de construção de moradias, destinadas à população com renda inferior, a população pelotense foi contemplada com três cohabs nesse período: a segunda etapa da Cohab Tablada, Cohab Areal e Cohab Fragata.

Com a citação e com a ilustração abaixo, fica evidenciado o motivo do crescimento econômico e melhorias na estrutura do município de Pelotas,

Ary busca crédito em Brasília: o assunto básico a ser tratado, amanhã em Brasília, pelo prefeito Ary Rodrigues Alcântara, que viajou ontem pela manhã a capital federal é o empréstimo de Cr \$ 20 milhões, solicitado ao Banco do Brasil S/A, para o setor viário do município. [...] Por outro lado, ainda no mesmo dia, o prefeito participará da reunião da executiva nacional da Aliança Renovadora Nacional - ARENA - como membro nato desse partido.

Com Médici: Amanhã às 18h, o chefe do executivo municipal deverá avistar-se com o presidente Emílio Garrastazu Médici, no Palácio do Planalto, quando tratará de diversos assuntos relacionados com o município e exporá

os temas que irá tratar naquela capital com os diversos ministérios, sobre projetos de obras de melhoramento em Pelotas.
 O empréstimo: junto ao Banco do Brasil S/A, Ary Alcântara tratará dos acertos finais dos Cr\$ 20 milhões de empréstimo solicitados àquele estabelecimento de crédito, destinado a diversas obras de asfaltamento e recuperação de ruas calçadas, além de construção de galerias e outros trabalhos ligados à Secretaria Municipal de obras. Diário Popular, (17.07.1973, p. 1ª).

A foto abaixo ilustra a obtenção da verba pelo Prefeito Ary Alcântara,



Ilustração 19 - Notícia sobre a verba para o parque viário. Fonte: jornal Diário Popular, 31/07/73,

As notícias elucidam o motivo do fácil acesso do Prefeito com o então Presidente da República, o General Médici. O Prefeito pertencia a ARENA e, neste período, o Partido Político tinha livre trânsito com os governos militares. Sem dúvidas, que a razão para o crescimento do município de Pelotas, neste período, foi o fato de que a Prefeitura foi administrada pela ARENA, em quase toda a década de 1970.

Outro fato que demonstrava o crescimento na infra-estrutura do município era o desejo da administração municipal em construir uma nova rodoviária. A ilustração abaixo mostra quando o prefeito municipal recebeu a planta da atual rodoviária,



Ilustração 20 - Notícia sobre a rodoviária, Fonte: jornal Diário Popular, 02/08/73

3.3 O crescimento industrial do município

O contexto da cidade de Pelotas, na década de 1970, como já mencionado apresentava-se em expansão. Assim sendo, no ano de 1971, devido ao também já mencionado crescimento industrial no setor da alimentação, foi implantado o distrito industrial.

Notícias sobre o crescimento industrial do município se repetiam diariamente nos jornais como o destacado a seguir e ilustrado mais abaixo,

Novas indústrias estão chegando:

O crescimento industrial em 1970 foi de 23%. Em 1971, vai ser maior. Parabéns empresários!

Oferecemos as melhores condições para novos empreendimentos ou ampliação dos que existem que vão todos muito bem!

Área industrial demarcada. Energia não falta. A melhor água do Brasil - 500 milhões de litros por dia. Nossos telefones não criam problemas: ajudam a solucioná-los. Temos micro-ondas e instala-se o DDD. Nosso telex não para.

Estrada asfaltadas - são 5 BRS - que se encontram em Pelotas. Temos Porto Fluvial e estamos muito perto do Superporto de Rio Grande, também por rodovia e ferrovia.

Aeroporto com 2.100 metros de pista concretada e moderna estação de passageiros.

Mão-de-obra especializada não falta 50.000 brasileiros, em Pelotas, estudam em ótimas escolas, inclusive modernas escolas técnicas e duas universidades. É gente moça e competente.

Comércio moderno 18 agências bancárias, com o segundo lugar em desconto de cheques, no Rio Grande do Sul. Agricultura e Pecuária progredindo muito.

Pelotas é a metrópole da zona sul e um dos seis municípios brasileiros superequipados para o desenvolvimento. Venha incorporar-se a nós com novos empreendimentos de alta rentabilidade.

A Prefeitura de Pelotas lhe dará o estudo preliminar da viabilidade do novo empreendimento. Esta é quente!

Eis alguns novos empreendimentos de boa rentabilidade: cervejaria e fábrica de "tops" de lã, fábricas de desidratação de batatas, mecânica de manutenção, terminal de distribuição de gás liquefeito, fabrica de madeira aglomerada, etc. Diário Popular, 12.09.1971, p.3



Ilustração 21 - Ilustração da notícia anterior. Fonte: Diário Popular, 12.09.1971, p.3.

Conforme é ilustrado abaixo, o Distrito industrial pelotense estava em pleno funcionamento, já no final de 1971,



Ilustração 22 - I- Notícia do distrito industrial, Fonte: jornal Diário Popular, 11/12/71

Conforme as citações e ilustrações constata-se que as indústrias vieram para o município devido ao fato de que haviam recebido incentivos da prefeitura municipal e dos bancos de desenvolvimento. Pelo motivo já exposto, o partido que administrava a cidade possuía afinidades com o governo federal. Esses incentivos foram noticiados no jornal Diário Popular:

“O prefeito Alves da Fonseca participou de encontro na sede do Centro das Indústrias com empresários locais e o diretor superintendente do BRDE (Banco Regional do Desenvolvimento)... na oportunidade foram debatidos entre outros assuntos a possibilidade de financiamento para a construção em Pelotas de indústrias”.(Diário Popular, 19.05.1971, p.4)

“O prefeito Alves da Fonseca dirigiu-se às primeiras horas de ontem a Porto Alegre a fim de atender diversos compromissos ligados ao desenvolvimento de Pelotas. Às 9h esteve na FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio grande do Sul – onde tratou de assunto referente a industrialização e progresso de nosso município. Às 10h, compareceu no BRDE, com vistas a financiamentos a empreendimentos da administração”.(Diário Popular, 28.12.1971, p.3)

Os financiamentos dos bancos às indústrias foram de extrema relevância, visto que possibilitaram uma elevação da produção e da alteração nos modos de produção, conforme salienta Tavares (2000, p. 38).

Os financiamentos dos bancos tiveram notáveis efeitos multiplicadores no parque de indústrias de conservas de Pelotas, formado, até então, por empresas familiares que operavam, sobretudo, com recursos próprios. O desenvolvimento econômico de Pelotas, graças à expansão de suas indústrias, com ênfase na produção de alimentos, passou a chamar a atenção em todo o Brasil.

Durante os anos de 1971 a 1975, várias são as notícias referentes à instalação e ampliação de indústrias. Há também várias notícias de visitas de empresários ao município e ao Distrito Industrial - inclusive japoneses, argentinos e uruguaios -, estudando a possibilidade de instalarem-se no distrito industrial pelotense.

Em virtude desta política de desenvolvimento industrial ocorrida no início da década de 1970 em Pelotas, pode-se constatar a situação do setor secundário no município evidenciado no quadro abaixo,

As Indústrias já instaladas no distrito industrial de Pelotas são as seguintes:		
J A Veríssimo (conservas vegetais)	7,5 He	1500 funcionários
L S Costa (conservas vegetais)	2,3 He	150 funcionários
Arcifel (artefatos de cimento)	3 He	10 funcionários
Interfrio (câmaras frigoríficas)	1 He	20 funcionários
Cicasul (conservas vegetais)	9 He	1800 funcionários
Leal Santos (conservas vegetais)	28 He	1000 funcionários
Irgovel (óleo e farelo de arroz)	2,1 He	94 funcionários
Em projeto ou em instalação:		
Maquinas Vitória (secadores)	12 He	700 funcionários
Velnac (tecidos de veludo)	9,5 He	100 funcionários
Iresette do Brasil S/A (roupas de cama e mesa de algodão)	10 He	5000 funcionários
Drogoco Perfumes e aromas (óleos básicos)	1,0 He	600 funcionários
Masul (equipamentos/parafusos)	3,4 He	20 funcionários
Metalurgia e Silos Ideal (silos e secadores)	3,3 He	20 funcionários
Matadouro de suínos Sonva	11 He	
Emplasul (embalagens plásticas)	8 He	150 funcionários
Fora do Distrito Industrial mais duas indústrias:		
Olivebra S/A (óleos vegetais)	9 He	500 funcionários
Peres S/A	6 He	1000 funcionários

Diário Popular, (25.01.1975, p. 4)

Estas indústrias instalaram-se no município com novas tecnologias, por isso fez-se necessária uma mão-de-obra qualificada, já que conforme noticiado no Diário Popular de 28.09.1971, Pelotas não tinha disponibilidade de recursos humanos:

Indústrias pedem empregados especializados à Prefeitura:

As novas indústrias que recentemente se instalaram em Pelotas já estão solicitando à agência de emprego e reemprego, órgão da Prefeitura Municipal, funcionários especializados para o preenchimento de vagas.

3.4. A conseqüência do crescimento industrial: a gênese da Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe

Entende-se que, em virtude do crescimento do setor industrial, houve a possibilidade de aumento de arrecadação para o SENAI. Este fato acarretou a implantação de uma escola no município.

Conforme se pode observar na citação a seguir, no início da década de 1970 já era constatada a necessidade de uma escola SENAI em Pelotas, sendo ressaltado o fato de que o SENAI já realizava cursos na cidade, embora ainda não possuísse uma escola. É interessante analisar que o fato de Pelotas possuir uma Escola Técnica é apresentado como uma possível causa para a ausência de uma escola SENAI:

Já é tempo de Pelotas, através de suas autoridades, de seus empresários e de seus milhares de comerciantes e de industriários analisar, com o devido interesse, a situação, aqui, de suas instituições que muito podem contribuir para o progresso do município: referimo-nos ao SENAI e ao SENAC. O SENAI só recentemente começou a promover cursos nesta cidade. Não obstante a vultosa arrecadação que sempre teve em Pelotas. O SENAI tem mantido esta cidade fora de suas programações. Talvez essa ausência tenha como motivo a presença em Pelotas de uma Escola Técnica que não tem como objetivo a promoção de cursos de treinamento, que cabe àquela instituição.

Considerando-se a arrecadação do SENAI em Pelotas essa instituição devia há muito tempo ter criado uma escola nesta cidade a fim de manter uma grande variedade de cursos de formação e treinamento de mão-de-obra qualificada para à industria. Diário Popular, (12.05.1970, p.4)

Em 1970 não havia em Pelotas uma escola SENAI. Só mais tarde é que ocorreu a sua implantação nesse município. Mas verificou-se no jornal Diário Popular, que no período que antecedeu a inauguração dessa, o SENAI realizava cursos na ETEFP - Escola Técnica Federal de Pelotas, atualmente Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, CEFET.

A expansão industrial e a necessidade de mão-de-obra qualificada resultaram na necessidade de instalação de uma escola SENAI em Pelotas.

No ano de 1975 começa a construção do SESI/SENAI em Pelotas, em terreno que havia sido doado em 1973, conforme notícia publicada no jornal Diário Popular, (06.11.1973, p. 4).

No dia 9 de fevereiro de 1976, foi fundado em Pelotas o SENAI, inaugurado pela primeira dama do estado, com o nome “Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe”, hoje “Centro de Educação Profissional Eraldo Giacobbe”. Conforme ilustrado abaixo,



Ilustração 23 - Notícia sobre a fundação da Agência

A “Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe”, ganhou esse nome em homenagem ao empresário pelotense nascido em Turim, na Itália, que foi o fundador em 1950 do centro das indústrias em Pelotas, o CIPEL, e ainda incentivou a instalação do Serviço Social da Indústria em Pelotas, o SESI.

Segundo a Revista SENAI (2002 p. 68 e 69), o SENAI de Pelotas passou a atender aos municípios de Arroio Grande, Canguçu, Jaguarão, Pedro Osório e São

Lourenço do Sul, prestando atendimento de qualificação profissional, nestas cidades, para 13 mil empregados de 2.200 empresas do setor da indústria.

Em princípio, funcionaram na escola cursos na modalidade de qualificação, somente para treinarem adultos. Esses cursos eram voltados para funcionários das indústrias, para melhorar técnicas já usadas, costumeiramente, e atendiam à necessidade das empresas locais.

No ano de 1978, passaram a funcionar na Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe, permanentemente, dois cursos na modalidade de aprendizagem: Eletricidade e Mecânica Geral, com duração de até dois anos. Esses cursos eram destinados a menores (filhos de trabalhadores da indústria)²², chamados de “menores aprendizes”. Nesta modalidade era necessário que os jovens estivessem estudando e tivessem de 14 a 18 anos de idade, e que também fossem submetidos a um exame de admissão, que era gratuito, assim como o curso de aprendizagem.

Considera-se que o ensino prestado pela Agência era especializado, ou seja, em termos de ensino oferecia aos seus alunos uma boa formação – porque seus cursos apresentavam um alto grau de especialização técnica (mas somente na formação escolhida pelo aluno).

Em Pelotas, seguindo a proposta do SENAI em todo o Brasil, a Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe também tinha o estigma de ser destinada para aqueles que tinham que se manterem como mão-de-obra. E isso a faz “ensinar a fazer”, desvinculando-a do ensino de uma cultura técnica mais complexa e abrangente. Portanto, o “ensinar a aprender” é para aqueles que devem trabalhar intelectualmente - cultura humanística -, e o “ensinar a fazer” é para aqueles que devem trabalhar manualmente - cultura técnica -.

²² No início, os cursos eram destinados aos filhos dos operários; atualmente a seleção é para toda a comunidade, devendo apenas preencher os requisitos: ter no mínimo a quinta série estar estudando, ser menor e ser considerado de baixa renda.

Esses são apenas alguns dos elementos os quais conduzem à problemática do dualismo profundo que marca o sistema educacional brasileiro. Isso é evidenciado nessa investigação acerca dessa instituição que abarcou alunos aprendizes destinados a uma profissão e que dificilmente escaparam do destino de seu grupo social. A origem social dos alunos evidencia o dualismo educacional. Para os pobres, o ensino profissional ou profissionalizante e, para a elite, o ensino propedêutico, voltado para a realização de cursos de ensino superior.

Conclusão

A história da educação profissional brasileira e, especificamente, o ensino industrial em nível de qualificação representam a história da educação das camadas menos privilegiadas da sociedade.

Ao longo do tempo, o ensino necessário às várias profissões manuais foi realizado de acordo com as necessidades econômicas e políticas da sociedade. Assim constituiu-se a história da educação para o trabalho e para o saber técnico.

No Brasil, a educação profissional básica em nível de qualificação acaba sendo fornecida muito em função da carência de educação geral, destinando-se aos menos escolarizados. Portanto, configura-se uma formação voltada aos que buscam somente um saber técnico, descontextualizada da compreensão das relações que perpassam o mundo do trabalho. Dessa forma, a educação profissional, que deveria ser *um início de libertação*, profissionalização e emancipação, deixa muito a desejar. Pois acaba sendo manipulada ideologicamente.

Os interesses econômicos os quais regem a educação profissional brasileira são tão evidentes que, na década de 1940, como tratado na presente dissertação, foi criado um sistema de ensino industrial - O SENAI - com um único objetivo: fabricar trabalhadores qualificados em um tempo menor de formação, para atender ao projeto desenvolvimentista do período. Uma formação profissional desvinculada de uma educação geral, servindo para um imediato enquadramento no mercado de trabalho.

Na década de 1960, novamente, há uma reestruturação no ensino em todos os níveis, devido às metas de desenvolvimento que passaram a ser aplicadas pelos dirigentes do país, no período da ditadura militar. Eles entendiam que o ensino brasileiro era excessivamente acadêmico e não preparava para as funções produtivas exigidas naquele momento, ou seja, o que os governantes queriam era mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho técnico profissional de nível

médio. A educação profissional brasileira, era mais uma vez, manipulada por interesses econômicos e ideológicos.

Na verdade, o contexto exigia do sistema educacional era a diminuição da demanda pelo ensino superior, e que essa procura fosse substituída pela formação profissional já no ensino secundário, visto que a função do sistema educacional deveria ser preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho.

O sistema educacional brasileiro, com estas características só evidencia e ratifica a organização da sociedade brasileira no passado e no presente, já que sempre contemplou o dualismo educacional, sendo o alicerce desse, a diferença econômica que separa condutores e conduzidos. Institucionalizou-se uma formação humanística dada aos condutores; e outra formação técnica para aqueles que deveriam compor a força de trabalho, os *conduzidos*. Há os que estudam para administrar e pensar e há aqueles que estudam (ou não) para executar.

O SENAI foi criado por imposição governamental a partir do Decreto n.º 4.048 de 22 de janeiro de 1942. Ficou determinado que o SENAI seria organizado e dirigido pela CNI – Confederação Nacional da Indústria, e que também seria mantido pela contribuição dos estabelecimentos industriais os quais fossem a ela filiados. Ao exigir do empresariado industrial a manutenção do SENAI, Vargas dava a esse setor produtivo a sua administração. Esta estrutura que excluía as organizações operárias da participação direta do SENAI deixava os industriais livres para dirigir - lá. Isso fez evidenciar o caráter político ideológico dessa Instituição, nascido por pressão governamental, mas com uma forte tendência para servir aos interesses de uma classe que detinha um grande poder econômico e político e que passava a dispor de uma instituição para a formação do operariado industrial.

Assim, constitui-se o projeto ideológico pedagógico, elaborado pelo empresariado industrial com a criação do SENAI: a classe empresarial industrial objetivava neutralizar o pensamento dos operários ao dar-lhes a qualificação idealizada por ela, consolidando uma classe trabalhadora requerida pelo capital.

Ficou caracterizado um projeto de formação onde a classe operária era construída para atender aos interesses do capital industrial, pensando e atuando como convinha aos seus formadores.

A presente dissertação de mestrado procurou evidenciar o caráter ideológico como pano de fundo na construção da classe operária, formada pelo SENAI. A partir do uso de mecanismos institucionais, garantiram ao capital industrial a intervenção na formação de trabalhadores, formando-os de acordo com as suas necessidades. Remete-se a idéia de Gramsci para hegemonia, como construção de um projeto de classe, isso ocorreu no SENAI Devido à interferência direta nos cursos e nos recursos do SENAI pelo empresariado industrial, confirmando a sua ideologia. Nascendo, assim, a construção de uma classe operária, de acordo com as necessidades do capital industrial. Ratificando que esse órgão tem servido, desde a sua criação, com a finalidade de assegurar a mão-de-obra para o empresariado industrial, consolidando assim, a hegemonia dessa classe empresarial, nos dizeres de GRAMSCI, classe intelectual.

A consolidação do SENAI ocorreu devido à capacidade da instituição de adequar-se às mudanças da conjuntura social e econômica, como também às variações dos sistemas internacionais. Isso aconteceu devido à instituição ser dirigida pelos empresários do setor secundário que, por “compreenderem” a linguagem do capital, souberam adequar o SENAI às inovações impostas pelo sistema capitalista. Assim o SENAI constitui-se na maior instituição de educação profissional e a mais de sessenta anos qualifica profissionais para o setor secundário.

Nesta pesquisa sobre o SENAI ficaram comprovados interesses privados, no tocante ao tipo de mão-de-obra a ser profissionalizada, operários de rápida formação, destinados apenas a suprir a necessidade das suas mantenedoras, e também, como comprovado historicamente, com evidentes interesse do Estado, no que diz respeito ao tipo de *estudante* que a instituição deveria abrigar, alunos provenientes das classes menos favorecidas. E, ainda, devendo exercer a

instituição, uma função pública, - de acordo com uma visão desenvolvimentista do período no qual o SENAI foi criado - no sentido de que a mão-de-obra operária era de extrema necessidade para o desenvolvimento social e econômico do país. E, ao analisar a relação público/privado no SENAI, esta é uma instituição privada, porque atende a interesses privados, com um poder econômico que explora diretamente uma lógica administrativa que legitima os interesses do capital.

Sendo a educação profissional uma forma de condução do homem ao seu trabalho e tendo presente a idéia de que este vem a ser a sua essência. Mas, não há como desconsiderar o fato de que o ensino ministrado pelo SENAI, preconiza valores e conteúdos voltados para uma formação que acompanha uma sintonia qualitativa de uma educação de acordo com as necessidades do capital, porque, em todos os momentos, a educação foi chamada a resolver as demandas da industrialização que propunha uma valorização da educação enquanto mecanismo que preparava os trabalhadores às demandas do trabalho abstrato, por isso a estrutura dual e a supremacia de um ensino profissional onde conteúdos e valores não eram voltados à ciência, à cultura e ao conhecimento científico.

O município de Pelotas, na década de 1970, vivia um momento de ascensão industrial e o desenvolvimento do setor secundário era evidenciado nos jornais locais e em revistas de tiragem nacional. Diante deste contexto era notável o crescimento econômico da cidade de Pelotas. E, como já dito, com a implantação do distrito industrial houve a possibilidade do avanço industrial no setor da alimentação. Assim foi possível a instalação de várias indústrias que receberam incentivos da prefeitura municipal e dos bancos de desenvolvimento

Portanto, na cidade de Pelotas, com crescimento industrial, e com as políticas que concorreram para que isso acontecesse, ficaram evidenciadas algumas necessidades estruturais para o município, entre as quais a necessidade de mão-de-obra, moradias populares e melhorias no setor viário. Neste contexto de desenvolvimento econômico, na cidade de Pelotas, devido à oferta de empregos, a aquisição de casas populares por trabalhadores seria uma conseqüência direta.

Assim, dentro de um projeto nacional de construção de moradias, destinadas à população com renda inferior, a população pelotense foi contemplada.

As notícias elucidam o motivo do fácil acesso dos Prefeitos com o governo federal. Os Prefeitos, durante quase toda década de 1970, pertenciam a ARENA, e neste período, esse Partido Político tinha livre trânsito com os governos militares. Tal fato influenciou de forma positiva nas disputas políticas que envolviam a implantação de um distrito industrial na cidade e, principalmente, no que se refere à possibilidade de angariar recursos necessários à infra-estrutura urbana e industrial. Certamente que a razão para o crescimento do município de Pelotas, neste período, foi pelo fato de a Prefeitura ter sido administrada pela ARENA em quase toda a década.

Ficou evidente o crescimento industrial e o desenvolvimento urbano do município de Pelotas na década de 1970, mas a frequência de notícias no jornal Diário Popular, sobre o empenho da prefeitura nestes assuntos, se deu devido à ligação do referido jornal com a prefeitura municipal.

Neste contexto, em virtude da política de desenvolvimento industrial, ocorrida no início desta década, quando indústrias com novas tecnologias vieram instalar-se no município, foi necessária mão-de-obra qualificada. E assim, em virtude do crescimento do setor industrial, houve a possibilidade de aumento da arrecadação do SENAI. Esse fato acarretou a implantação de uma escola SENAI, no município. Acredita-se que esse quadro de expansão industrial resultou na fundação do SENAI no município, no dia 9 de fevereiro de 1976, com o nome “Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe”, hoje “Centro de Educação Profissional Eraldo Giacobbe”.

REFERÊNCIAS:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BARBOSA, Gisela Amaral. **A Reforma do Ensino Técnico: avanço anunciado, retrocesso imposto. Um estudo sobre os alunos egressos de 1997 e 1998 do curso de Edificações do CEFET-Pelotas/RS**. Pelotas: UFPEL, 2001. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2001.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

BRANDÃO, Márcia Serôa da Mota. **Panorama histórico da educação profissional no Brasil. Centros Públicos de Educação Profissional**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BUFFA, Esther; ARROYO Miguel; NOSELLA Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?**. São Paulo: Cortez, 1996.

BUFFA, Esther; NOSELLA, Paolo. **A escola profissional de São Carlos**. São Carlos: EdufscAR, 1998.

BUFFA, Ester. **O público e o privado na educação brasileira do século XX**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (Orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. 3 Sec. XX . Petrópolis: Vozes, 2004.

CAMPOS, Jorge Renato alves; MARTINS, Wlader Belem; CARDOSO, Teresa Fachada Levy. **Como educar profissionalmente sem educar para a vida**. Cad. Educ. FaE/UFPEL Pelotas (20):163 – 176, Jan/Jun. 2003

CATANI, Denice Barbara. **A memória como questão no campo da produção educacional: uma reflexão**. In: Revista História da Educação. ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas (4): 119-129, Set. 1998.

COSTA, Armando Casimiro; FERRARI, Irany; MARTINS, Melchiades Rodrigues. **CLT-LTr**. São Paulo: Editora LTr, 2003.

CUNHA, Luis Antônio. **A profissionalização no ensino médio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977

_____. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo:Ed. Unesp; Brasília: FLACSO, 2000.

_____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil.** Revista Brasileira de Educação. SÃO Paulo, n.º 14, maio/ago, 2000.

DEL PINO, Mauro Augusto Burkert. **Educação Trabalho e novas Tecnologias: as transformações nos processos de trabalho e a valorização do capital.** Pelotas: ed. Universitária/UFPEL, 1997.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil.** V1. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA 1986

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico social capitalista.** São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1983.

_____. **Fazendo pelas mãos e cabeça do trabalhador: O Trabalho como Elemento Pedagógico na Formação Profissional.** Cadernos de Pesquisa n.º 47. São Paulo: 1983.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real.** 2º ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **A crise do trabalho assalariado e as perspectivas de uma nova cultura e novas relações de produção.** Centros Públicos de Educação Profissional, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002

_____. **A produção social da existência: base dos processos de ensinar e aprender.** Cadernos de Educação FaE/UFPEL, Pelotas, 2003.

_____. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino Médio integrado: Concepção e contradição. São Paulo: Cortez, 2005.

GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas.** São Paulo: Editora Ática, 2005.

GHIGGI, Gomercindo. **Disciplina, trabalho e conhecimento. Trabalho, Conhecimento e Formação do trabalhador,** Ed. Universitária, UFPEL. 1993

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Editora Atlas S/A, 1985.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1982.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX.** São Pulo: Cia das Letras, 1995.

KUENZER, Acácia. **Ensino de 2º grau: O trabalho como princípio educativo.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Pedagogia da Fabrica, as relações de produção e a educação do trabalhador.** São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Centros Públicos de Educação Profissional: uma nova institucionalidade a serviço dos trabalhadores. Centros Públicos de Educação Profissional.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

LEDUR, Paulo Flávio. **SENAI 50 ANOS DE Rio Grande do Sul 1942-1992.** Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas, 1992.

LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro.** São Paulo: Autores Associados, 1982.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** São Paulo, SP: Malheiros Editores, 2002.

NÓVOA, António. **Para uma análise das instituições escolares.** 2º ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Ramon de. **O empresário industrial e a educação brasileira.** Revista Brasileira de Educação nº 22 jan/fev/mar/abr 2003.

REVISTA **O Cruzeiro.** Rio de Janeiro. 03.02.1970

REVISTA MANCHETE. **Suplemento da edição 1073.** Outubro de 1972.

REVISTA SENAI – **DEPARTAMENTO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL.** Porto Alegre. S.d.

REVISTA SENAI – **TECNOLOGIA + PESSOAS QUALIFICADAS = SUA EMPRESA SEM LIMITES.** Porto Alegre. S.d.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **O Ensino Industrial: Memória e História.** In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. III: século XX.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

RIBEIRO, Maria Luísa S. **História da Educação Brasileira.** São Paulo: Editora Moraes, 1984.

RODRIGUES, José. **Celso Suckow da Fonseca e a sua “história do ensino industrial no Brasil**. Revista Brasileira de história da educação, n 4 jul/dez 2002”.

Rodrigues, José dos Santos. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Campinas: Autores associados, 1998.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1989.

SANTOS, Jailson Alves dos. **A trajetória da Educação profissional**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. 2^o Edição.

SAVIANNI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.

_____. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____; LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luis (orgs). **História e História da Educação**. Campinas: Editora Autores Associados, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SENAI – Serviço NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. **História e Percursos**. Brasília: 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **O público e o privado como categoria de análise em educação**. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da Silva (Orgs.). **O público e privado na história da educação brasileira: Concepções e práticas educativas**. Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr; Unisal, 2005 (Coleção Memória da Educação).

TAMBARA, Elomar. **Problemas teóricos-metodológicos da história da Educação**. In SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, Claudinei. **Histórias e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Autores Associados - HISTEDBR, 1998.

TAVARES, Jaqueline Marques. **A Indústria Conserveira Pelotense: Ascensão e Declínio**. Pelotas: UCPEL, 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Universidade Católica de Pelotas, 2000.

TEIXEIRA, Zuleide Araújo. **Legislação e educação profissional no Brasil. Centros Públicos de Educação Profissional**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

WEINSTEIN, Barbara. **(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez, 2000.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **História das Instituições Escolares de que se fala?** In: **Fontes, História e Historiografia da Educação**. IN: LOMBARDI, José C.; NASCIMENTO, Maria Isabel M. Fontes história e historiografia da Educação. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2004.

Jornais:

Jornal Diário Popular(1970)

Gazeta Pelotense (1970)

ANEXOS

NOTÍCIAS SOBRE O SENAI - Publicadas no Jornal Diário Popular

Centro Senai-Sesi instalará curso para menor em Pelotas

Dentro de pouco tempo Pelotas passará a contar com um Centro Integrado SENAI-SESI, segundo revelou, ontem, durante palestra que proferiu no Centro das Indústrias de Pelotas, o professor Pelxoto Primo, do Serviço Nacional da Indústria, de Rio Grande.

Cerca de 50 empresários pelotenses assistiram à palestra do professor Primo, que veio a Pelotas a convite do Centro das Indústrias para falar sobre o "Aproveitamento do Menor na Empresa", assunto considerado muito importante pelos empresários, especialmente no que se refere à remuneração do menor e o seu vínculo empregatício.

FASES DE APRENDIZADO

As empresas filiadas ao Serviço Nacional da Indústria têm condições de admitir menores que têm oportunidade de receberem aprendizado profissionalizante, dividido em três partes pelo professor Pelxoto Primo, ontem. Na primeira fase do aprendizado, o menor passa a fazer jus a uma remuneração igual a 50% do salário-mínimo; numa segunda etapa, a 75% e finalmente ao valor igual a um salário-mínimo integral, como um empregado maior de idade.

Sobre o Centro Integrado Serviço Nacional da Indústria-Serviço Social da Indústria a ser instalado em Pelotas, o palestrante informou que nele serão ministrados vários cursos, mas, que, pela sua natureza, não

exijam equipamentos especiais. Quando se referia a este assunto, disse que não sabia porque em Pelotas ainda não existia uma escola do SENAI, principalmente sabendo-se que nesta cidade há um considerável número de indústrias.

Duas explicações fornecidas durante algumas perguntas formuladas pelos empresários presentes, respondidas pelo palestrante convidado, foram consideradas importantes, uma vez que vieram a elucidar dúvidas comuns no meio empresarial. A primeira referia-se a qual medida deveriam tomar os empregadores, caso um menor não estivesse correspondendo à expectativa quanto ao aprendizado e quanto ao desempenho de suas atividades. "Nesses casos não existem maiores problemas, porque a Consolidação das Leis do Trabalho prevê tais situações. O empregador pode despedir o menor" — declarou o professor. A segunda indagação respondida foi sobre o número de menores que a empresa pode empregar. "Pode empregar o número que a lei determina e, mais do que isso: quantos desejar, desde que esteja devidamente em dia com as suas obrigações previdenciárias e, evidentemente, com o Serviço Nacional da Indústria" — revelou.

Citando um exemplo, informou que a Ipiranga, de Rio Grande, se enquadrava na hipótese que era levantada. Essa empresa tem um grande número de menores que lá realizam o seu aprendizado, número este superior ao determinado por lei.

Ilustração 25 - 10.05.1976

Diretor regional do Senai estará em Pelotas dia 22

No próximo dia 22 estará em Pelotas o diretor regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), professor Otto Ernesto Dietrich, dando cumprimento a uma extenso programa de visitas às unidades operacionais das suas áreas de atuação, como parte do II Ciclo de Reuniões.

Nesta cidade, o professor Otto Ernesto Dietrich promoverá reunião na agência Senai de Treinamento Eraldo Jacobbe, quando estará em debate a "Adequação da Estrutura Burocrática das Unidades Operacionais e Recursos Humanos".

Presentemente, o diretor regional do Senai encontra-se no interior do Estado, visitando as diversas áreas geo-econômicas de sua jurisdição e realizando reuniões visando o aprimoramento técnico e administrativo das unidades integrantes daquele órgão.

Ilustração 26 - 05.10.1978

Cursos do SENAI: matrículas

O Centro de Formação Profissional SENAI "Eraldo Jacobbe" informa aos interessados que estão abertas matrículas para os Cursos de:

Leitura e interpretação de desenho mecânico — 80 horas
 — Cálculo Técnico — 80 horas — Metrologia — 40 horas.

Local de inscrição: Escola Técnica Federal de Pelotas, Centro de Formação Profissional SENAI. Documento para inscrição: Carteira Profissional. Idade mínima: 18 anos. Local de realização: Escola Técnica Federal de Pelotas. Data prevista do início: 23-10-1978. Horário: 2.^{as} a 6.^{as} feiras — 19h15 às 27h 45min.

Senai promove curso de formação de mão-de-obra

Prontovido pelo Senai, será realizado mais um curso de formação de mão-de-obra, desta vez tendo como canteiro a sede do Centro de Reabilitação de Pelotas.

O curso destina-se a preparação de pintores de obras e no grupo de aprendizes estão inscritos alguns alunos das oficinas do Cerenepé.

Trata-se de uma primeira experiência na instituição que, a exemplo da Apae de Rio Grande, vem contar com a participação do Senai, não só na conservação de suas instalações, mas também, e principalmente, oferecendo aos alunos excepcionais uma oportunidade de formação profissional e integração social.

O curso tem a previsão de 80 horas, com um grupo de 13 aprendizes e objetiva a pintura externa do prédio.

É de interesse do Cerenepé a realização de novos cursos, razão pela qual já está sendo solicitado ao diretor do Senai, professor João Torales, a previsão de um curso de pedreiro.

SESI: ESFORÇO TOTAL NA ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR DA NOSSA INDÚSTRIA

O Departamento Sociológico e Social do Sesi Centro de Pelotas, em parceria com o Sesi de Pelotas, vem desenvolvendo um trabalho de assistência social, visando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores da indústria.

O Sesi Centro de Pelotas, através de seus cursos e serviços, vem desenvolvendo um trabalho de assistência social, visando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores da indústria.

O Sesi Centro de Pelotas, através de seus cursos e serviços, vem desenvolvendo um trabalho de assistência social, visando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores da indústria.

O Sesi Centro de Pelotas, através de seus cursos e serviços, vem desenvolvendo um trabalho de assistência social, visando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores da indústria.

NO SENAI, A FORMAÇÃO DE CURSOS HUMANOS

O Sesi Centro de Pelotas, através de seus cursos e serviços, vem desenvolvendo um trabalho de assistência social, visando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores da indústria.

O Sesi Centro de Pelotas, através de seus cursos e serviços, vem desenvolvendo um trabalho de assistência social, visando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores da indústria.

O Sesi Centro de Pelotas, através de seus cursos e serviços, vem desenvolvendo um trabalho de assistência social, visando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores da indústria.

O Sesi Centro de Pelotas, através de seus cursos e serviços, vem desenvolvendo um trabalho de assistência social, visando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores da indústria.

NOTÍCIAS SOBRE O CRESCIMENTO INDUSTRIAL - Publicadas Na Gazeta Pelotense - 25.09.1976, p. 15, 16, 17 e 19

Cidade
da educação
e da cultura



Tudo dá certo em Pelotas

Quando as coisas começam a dar certo, as circunstâncias evoluem de tal maneira que não há como parar. Pelotas atual é a beleza realizada daqueles que um dia a aclamaram "princesa nos campos do sul". E não há exageros. Privilegiada em sua posição geográfica, atua como ponto de atração para uma zona geo-econômica-cultural de maior importância no contexto estadual e nacional.

São 2981 Km², com uma altitude de 7 metros acima do nível do mar, apresentando uma temperatura média de 18,5 graus, onde quase 300.000 pessoas circulam num ininterrupto processo desenvolvimentista.

Nascida próspera, como constatou Saint Hilaire, em 1820, continua a vida pelotense num claro sorriso, próprio daqueles que sabem viver e podem mostrar aos outros o como viver.

Quando tudo
dá certo
não há como parar



A paisagem urbana de Pelotas foi, em anos recentes, sensivelmente alterada, como bem mostra a foto acima, em que é focalizado o centro da cidade. Os prédios tradicionais não desapareceram totalmente, pois a pelotense ancora o passado com o presente, não sem que prepare seu desenvolvimento presente e futuro. Na foto abaixo, o Prefeitura Municipal e a Biblioteca Pública.



6 - GAZETA PELOTENSE

Contando com duas universidades, sendo uma Federal, mais de duzentas escolas de primeiro grau e quase 20 de segundo grau, pode orgulhar-se do nível de educação e cultura de sua gente. Não são poucas as promoções artístico-culturais que aqui ocorrem, realizadas por grupos locais, ou de fora, alguns até mesmo internacionais.

O turista que aqui chega, além da tradicional hospitalidade, encontra um comércio bastante sofisticado onde é possível comprar os últimos lançamentos, uma rede de hotéis de primeira categoria, uma infinidade de restaurantes de cozinha internacional, com pratos chineses, espanhóis, franceses, alemães, italianos, além, é claro, das sempre válidas churrasarias.

Vários cinemas, clubes, boates, bares, servem de motivação ao divertimento e ao descanso. Isso para não falar nas atrações da zona rural com os balneários Valverde, Santo Antônio e dos Prazeres, a Cascata, com sua famosa Cascatinha. Esquecer os apreciados cafés coloniais de Monte Bonito, Morro Redondo, Colonia Santo Antonio, seria imperdoável.

A Catedral de São Francisco de Paula



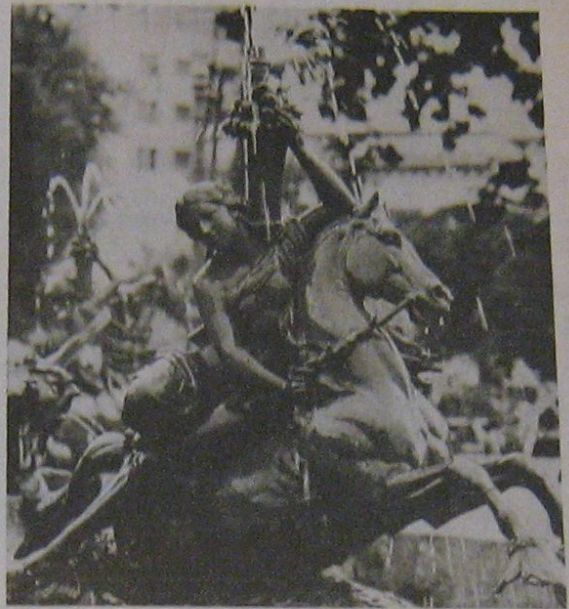
Nossa produção é rica e variada

Por sua vez, a indústria floresce na cidade. O Distrito Industrial a cada dia que passa se vê acrescido de novas indústrias, gerando emprego. Em breve teremos a abertura de novas indústrias, umas em fase de construção, outras em de projeto, o que sem dúvida ainda mais virá a aumentar sua capacidade geradora de riquezas.

Por falar em riquezas é também a maior produtora de póssogo do Brasil, bem como o maior centro de comercialização de arroz da América Latina. Outros produtos básicos de seu setor agrícola são a batata, o trigo, o milho, o feijão, a cebola, a alfafa, a soja, a ervilha, o aspargo, o alho.

Os rebanhos esparramam-se sobre uma planície a perder de vista, constituindo-se em fonte do desenvolvimento de indústrias derivadas como curtumes, frigoríficos, cooperativas de carnes e lãs.

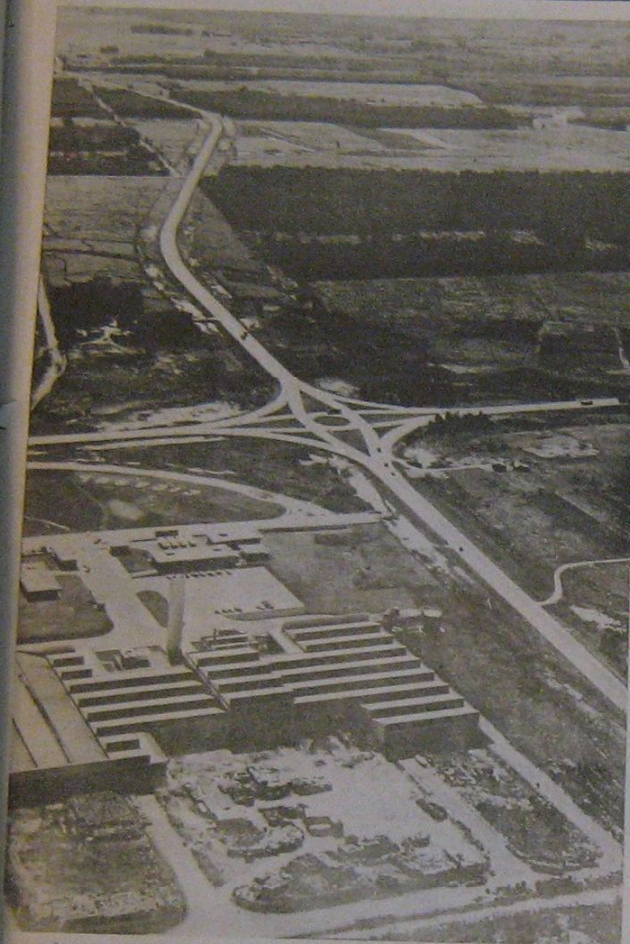
Por tudo isso é que não há como parar. Em Pelotas tudo dá certo.



O chafariz parisiense da Praça Coronel Pedro Osório transformou-se num símbolo de Pelotas (ao lado). Abaixo, outro aspecto da zona central, numa evidência de que a cidade, a par de suas tradições, mantém um constante ritmo de progresso.



**Um município
que é pólo
de desenvolvimento**



Atravessando o Distrito Industrial, a Estrada da Produção permite o escoamento dos produtos de todas as indústrias de Pelotas e da Zona Sul.



Indústria da lã: uma das mais promissoras do Estado.

PELOTAS CRESCER

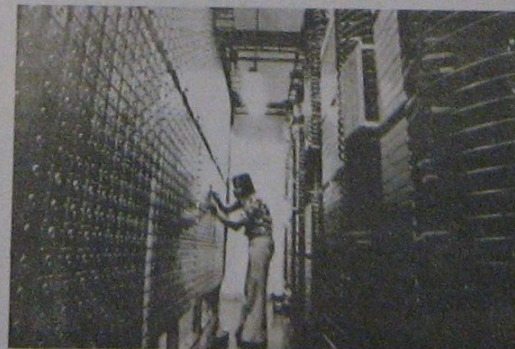
Nos últimos anos, o Rio Grande do Sul tem desempenhado papel relevante no cenário do desenvolvimento e é Pelotas, entre os municípios da zona sul, o que mais se tem destacado, como um dos mais atuantes, transformando-se no pólo principal deste desenvolvimento, no sentido de dar vazão a todas as suas potencialidades, no ramo da indústria, comércio, pecuária, agricultura, pesca e comunicações, deixando para trás os velhos tempos em que sua participação na economia limitava-se às atividades primárias, precisando-se utilizar de recursos procedentes de outros estados, para suprir as suas mais variadas necessidades.

Com a instalação em Pelotas de grandes indústrias e com a necessidade de especialização nos diversos ramos a que se dedicavam, Pelotas passou a receber "Know-how" e mão-de-obra de outros estados e a partir daí iniciou a preparação de uma infra-estrutura que possibilitasse a implantação de outras empresas e desse condições a sua sempre crescente população de satisfazer-se com os resultados de suas próprias fontes de produção. Daí fez-se urgente a necessidade de convergirem estas indústrias para local apropriado, criando-se, então, o Distrito Industrial, que já tem bases estruturadas e se encontra em pleno funcionamento.

Este objetivo tem sido concretizado, uma vez que foi preparada toda uma infra-estrutura, no que se refere a estradas, energia e comunicações - destacando-se aí o papel importante da Estrada da Produção - para que estas novas fontes de desenvolvimento pudessem encontrar condições de expandir-se, criando sempre novos campos de atividades e abrindo novas portas a capacidade e vocação para o trabalho, inerente ao seu povo, que tem oferecido a sua força em benefício do estado que, em outros tempos, chamado Ceileiro do Brasil, hoje retoma sua posição na corrida desenvolvimentista a que se lançou o País.



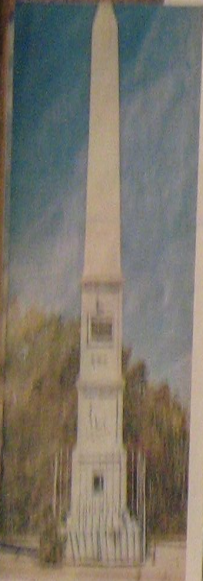
Pesca de camarão na Lagoa.



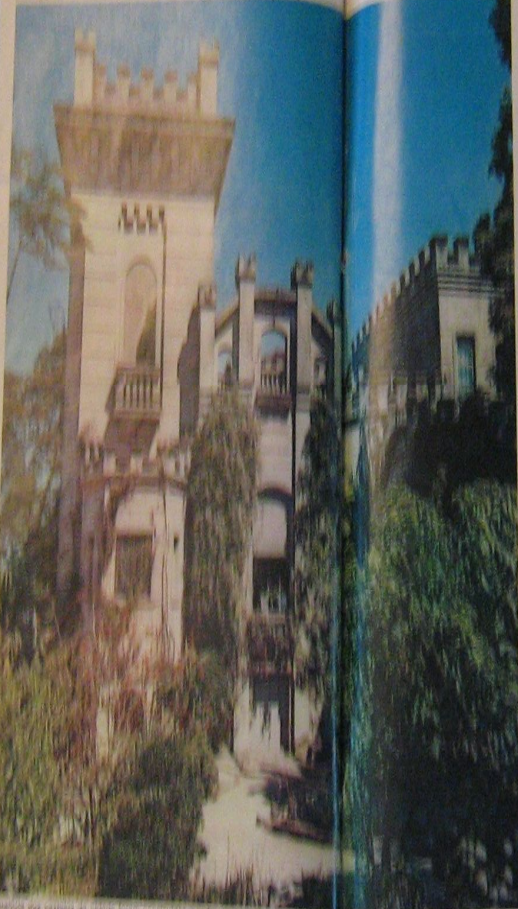
O setor de comunicações foi dos mais acelerados, visando a atender as necessidades que se somaram com a crescente instalação de indústrias, bancos e empresas de serviços.

**NOTÍCIAS SOBRE PELOTAS - Publicadas Na Revista Carioca "O Cruzeiro",
03.02.1970**





Uma homenagem ao Palácio e ao Brasil de fundação e o obelisco da Praça Velha



A maioria das construções da cidade foram construídas por franceses e simulações que foram

Em 1763 a cidade de Palmitos era apenas um vilarejo de poucos habitantes. Mas a partir de 1763 mudou-se para o local atual. A cidade foi fundada por um francês, o Sr. de La Roche, e recebeu o nome de Palmitos em homenagem ao palmeiro que abundava na região. Desde a fundação, a cidade desenvolveu-se rapidamente, tornando-se uma das principais cidades do Estado de Pernambuco.

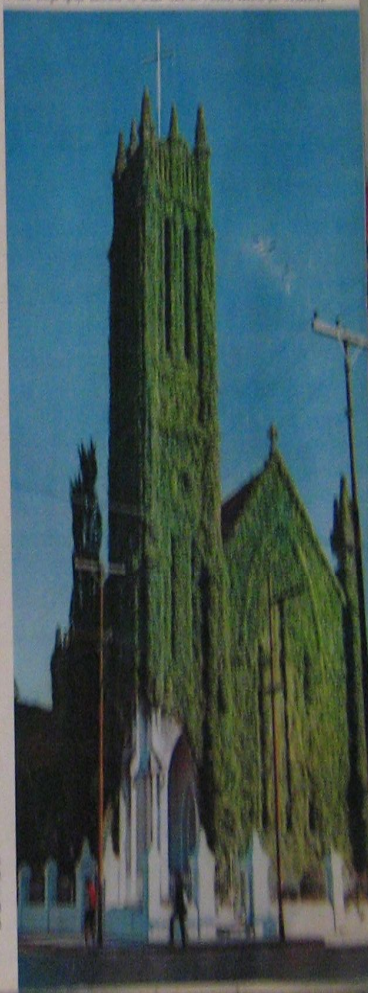
Uma das principais atrações da cidade é o Palácio de São Francisco, construído em 1763. O edifício é um excelente exemplo de arquitetura barroca, com uma fachada ricamente decorada.

A Igreja de São Francisco

A Igreja de São Francisco é uma das mais belas igrejas da cidade. Foi construída em 1763 e possui uma fachada ricamente decorada, com uma torre sineira que se destaca no skyline da cidade.

De uma pequena vila, Palmitos passou, em pouco tempo, à categoria de cidade. Hoje, é uma verdadeira metrópole em expansão

A mais antiga igreja (Igreja de São Francisco) construída em Palmitos



compostos de pedras calcárias. Um dos mais importantes monumentos da cidade é o Palácio de São Francisco, construído em 1763.

A Igreja de São Francisco

A Igreja de São Francisco é uma das mais belas igrejas da cidade. Foi construída em 1763 e possui uma fachada ricamente decorada, com uma torre sineira que se destaca no skyline da cidade.

Indústrias, comércio e muito turismo são os três pontos fortes em que Pelotas se apoia para crescer em grandes proporções



Arquitetura no Teatro 7 de Abril, conhecido como 'Palácio Intermédico do Teatro'.

Desde o período da rede nacional, o teatro de Pelotas é conhecido por sua arquitetura. O Teatro 7 de Abril, conhecido como 'Palácio Intermédico do Teatro', é um dos pontos fortes da cidade. Ele foi construído em 1911, sob a direção do arquiteto francês Auguste Perret. O teatro possui uma fachada imponente, com arcos e colunas, e é considerado um dos melhores exemplos de arquitetura neoclássica no Brasil.

O Teatro 7 de Abril, em Pelotas, é um dos pontos fortes da cidade. Ele foi construído em 1911, sob a direção do arquiteto francês Auguste Perret. O teatro possui uma fachada imponente, com arcos e colunas, e é considerado um dos melhores exemplos de arquitetura neoclássica no Brasil.

O teatro também é um dos pontos fortes da cidade. Ele foi construído em 1911, sob a direção do arquiteto francês Auguste Perret. O teatro possui uma fachada imponente, com arcos e colunas, e é considerado um dos melhores exemplos de arquitetura neoclássica no Brasil.

Indústrias, comércio e muito turismo são os três pontos fortes em que Pelotas se apoia para crescer em grandes proporções.

O Teatro 7 de Abril é um dos pontos fortes da cidade. Ele foi construído em 1911, sob a direção do arquiteto francês Auguste Perret. O teatro possui uma fachada imponente, com arcos e colunas, e é considerado um dos melhores exemplos de arquitetura neoclássica no Brasil.

O Teatro 7 de Abril, em Pelotas, é um dos pontos fortes da cidade. Ele foi construído em 1911, sob a direção do arquiteto francês Auguste Perret. O teatro possui uma fachada imponente, com arcos e colunas, e é considerado um dos melhores exemplos de arquitetura neoclássica no Brasil.

CURTEL

O Curatel de São Francisco de Paula é um dos pontos fortes da cidade. Ele foi construído em 1911, sob a direção do arquiteto francês Auguste Perret. O curatel possui uma fachada imponente, com arcos e colunas, e é considerado um dos melhores exemplos de arquitetura neoclássica no Brasil.

O Curatel de São Francisco de Paula é um dos pontos fortes da cidade. Ele foi construído em 1911, sob a direção do arquiteto francês Auguste Perret. O curatel possui uma fachada imponente, com arcos e colunas, e é considerado um dos melhores exemplos de arquitetura neoclássica no Brasil.

INDÚSTRIA

A indústria é um dos pontos fortes da cidade. Ela é responsável por uma grande parte do PIB de Pelotas. As principais indústrias da cidade são a indústria de alimentos, a indústria de têxtil e a indústria de papel e celulose.

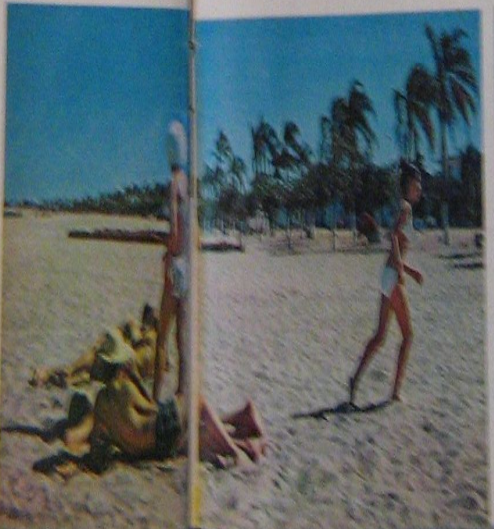
A indústria é um dos pontos fortes da cidade. Ela é responsável por uma grande parte do PIB de Pelotas. As principais indústrias da cidade são a indústria de alimentos, a indústria de têxtil e a indústria de papel e celulose.

A indústria é um dos pontos fortes da cidade. Ela é responsável por uma grande parte do PIB de Pelotas. As principais indústrias da cidade são a indústria de alimentos, a indústria de têxtil e a indústria de papel e celulose.



É no Clube Campesino que as crianças fazem

o seu primeiro contato com o esporte. O clube também oferece aulas de natação para as crianças.



Boleto Futebol, ponto alto da vida social em Pelotas, é realizado no clube do bairro.

Indústrias, comércio e muito turismo são os três pontos fortes em que Pelotas se apoia para crescer em grandes proporções.

O Teatro 7 de Abril é um dos pontos fortes da cidade. Ele foi construído em 1911, sob a direção do arquiteto francês Auguste Perret. O teatro possui uma fachada imponente, com arcos e colunas, e é considerado um dos melhores exemplos de arquitetura neoclássica no Brasil.



Mestre Rodrigues (de Altamira) e esposa. Ele é considerado o pintor de Pelotas.

Pelotas, o roteiro obrigatório para quem quer conhecer o Sul

o laboratório tem como características iniciais constantemente na mercado diferentes especialidades que acompanham o avanço no campo da saúde animal e vegetal. E também, o maior produtor de vacinas antiafídicas do Brasil e o responsável pela manutenção do rebanho bovino gaúcho. Na grande epidemia que assolou o rebanho gaúcho há alguns anos atrás, o trabalho da sua equipe de veterinários foi com que fossem salvos milhares de cabeças de gado.

de lixo. As carroças são puxadas por uma, duas ou quatro paradas de cavalos. As carroças regatas são enfeitadas com ouro, puxadas por cavalos brancos e com o cocheiro todo de luto. O ritual está condenado a desaparecer devido ao alto custo de manutenção dos cavalos. Brevemente, quem visitar Pelotas terá oportunidade de conhecer as belas carroças no museu que será especialmente construído para conservá-las através dos anos.



Catedral de São Francisco de Paula. Seu interior (abaixo) foi decorado com obras do italiano Aldo Locatelli.



As carruagens fúnebres de enterros: uma marca registrada de Pelotas.

DETE IMPORTANTE

Em 1930 foi realizado o primeiro e único concurso de Miss Universo no Brasil. Lá estava, representando o Rio Grande do Sul, a jovem Iolanda Pelegrina de Pelotas. Ela foi apresentada ao mundo como a mulher mais bela do universo. Naquela época em que era proibido o uso de pinturas no rosto cílios e perucas, Iolanda colheu os maiores aplausos do público e seu nome ocupou as manchetes dos jornais e revistas internacionais.

Henrique Mecking — Mequinho —, que aos 15 anos já era o 7.º acadêmico mundial, é hoje uma das figuras mais populares da Princesa do Sul. Recentemente, foi alvo de muitos elogios por parte dos experts ao vencer o representante russo, um dos melhores do mundo, no Torneio Internacional de Madrid, realizado em Palma de Maiorca.

Nestor Marcos de Rodrigues, de pseudônimo Néstor, professor da Escola de Belas-Artes, é a expressão máxima na arte plástica. Formado na Escola de Belas-Artes do Rio, formado também em Filosofia, dedica todo seu tempo à pintura. Acadêmico e versátil nos diversos gêneros da pintura, Néstor tem como preferência o pseudo-impressionismo e o japonês-surrealismo, apesar de gostar da arte moderna bem sucedida e original.

CARRUAGENS FUNERES

Há mais de cem anos é usado em Pelotas um ritual diferente para o transporte dos mortos, conhecido até hoje e inédito na América. O defunto é transportado por carroças separadas em doze categorias. De acordo com as condições financeiras das famílias, o transporte pode custar de NC\$ 5,00 (o mais barato) a NC\$ 10,00 (então

VIDA SOCIAL

O Clube Campeste é o ponto de reuniões da sociedade no fim de semana. Belas garotas e jovens reúnem-se para conversar, tomar banho na piscina e animar as reuniões dançantes. Uma casa de estilo colonial é a sede do clube, tornando mais original e agradável.

O mar não fica muito longe, mas os pelotenses dão preferência à praia do Laranjal, localizada às margens da Lagoa dos Patos.

Para os amantes da pesca, a Colônia dos Pescadores é o ponto de referência. Um ótimo local para quem gosta de passar algumas horas esperando o peixe morder a isca.

Para marcar um encontro à noite, nada melhor do que ir para a Sucata. É a festa preferida pelos pelotenses e o recinto mais acolhedor da noite. A jovem guarda é a responsável pela "baldação", tendo à festa jovens dinâmicos e "pra frente".

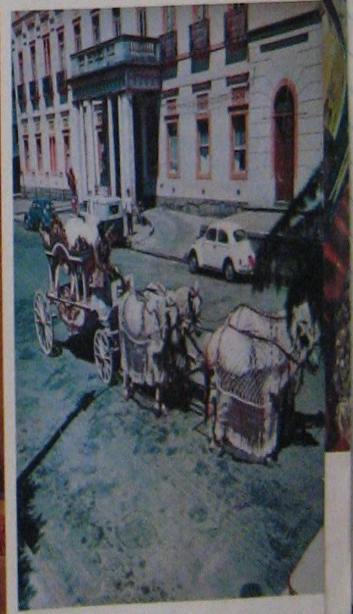
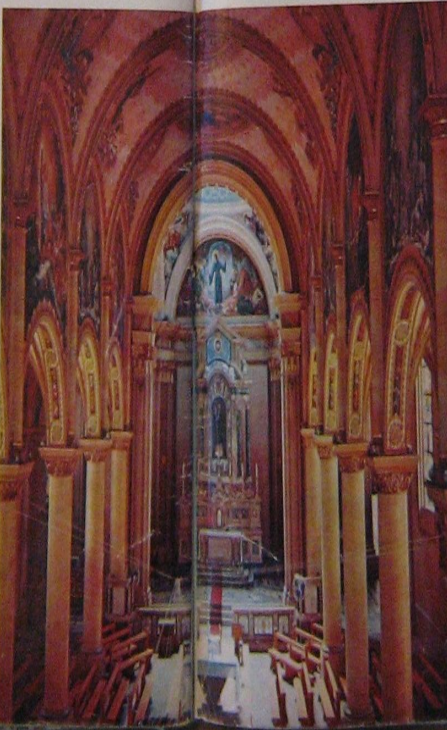
VIDA COMUNITARIA

Pelotas está localizada em uma área de 2.992 km, com uma população de 247.300 habitantes. Corresponde a 3,82% da população do Rio Grande do Sul. O índice de alfabetização é de 75%, com um total de 49.000 estudantes.

A Biblioteca Pública, instalada no mesmo prédio da Câmara de Vereadores, atinge a 90.000 volumes de livros.

Tendo à testa da Prefeitura um homem dinâmico e de ampla visão administrativa, a cidade se desenvolve em ritmo acelerado de metrópole.

Assim é a magnífica cidade de Pelotas. O ritmo e o ritual são convívios, nas ruas e em todos os locais, para fazerem o encanto da Princesa do Sul.



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)